



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

DANIEL LOPES FERREIRA DE MELO

**TRABALHO E JUVENTUDE NA PERSPECTIVA DE PAIS, EDUCANDOS E
EDUCADORES NO ASSENTAMENTO PALMARES II**

**Marabá - PA
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

DANIEL LOPES FERREIRA DE MELO

**TRABALHO E JUVENTUDE NA PERSPECTIVA DE PAIS, EDUCANDOS E
EDUCADORES NO ASSENTAMENTO PALMARES II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, área de Ciências Agrárias e da Natureza.

Orientador: Prof. Me. Amintas Lopes da Silva Junior

**Marabá - PA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Melo, Daniel Lopes Ferreira de

Trabalho e juventude na perspectiva de pais, educandos e educadores no Assentamento Palmares II / Daniel Lopes Ferreira de Melo ; orientador, Amintas Lopes da Silva Junior. — Marabá : [s. n.], 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Marabá, 2018.

1. Educação rural. 2. Trabalho - Aspectos sociais. 3. Juventude rural. 4. Transição escola-trabalho. 5. Agricultura familiar. 6. Jovens - Emprego. 7. Assentamentos humanos. 8. Companhia Vale do Rio Doce. I. Silva Junior, Amintas Lopes da, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 370.19346

Elaborada por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

DANIEL LOPES FERREIRA DE MELO

**TRABALHO E JUVENTUDE NA PERSPECTIVA DE PAIS, EDUCANDOS E
EDUCADORES NO ASSENTAMENTO PALMARES II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, área de Ciências Agrárias e da Natureza.

Data de aprovação: ___/___/___

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Me. Amintas Lopes da Silva Junior

Examinador: Prof.^a Me. Ailce Margarida Negreiros Alves

Examinadora: Prof.^a Me. Maura Pereira dos Anjos

Conceito:

DEDICATÓRIA

Dedico esse momento de felicidade e conquista a todos os estudantes da Educação do Campo, da turma 2013, que buscaram forças e coragem para não desistir da caminhada do curso e somaram não só conhecimentos, mas amizade e companheirismo que mostraram a cada um de nós. Que essa alegria seja permanente a todos que estão finalizando essa etapa tão importante em nossas vidas.

Sabendo que ninguém aprende sozinho, mas na relação uns com os outros, faço menção primeiro à minha família, aos meus amigos e aos meus colegas de turma, que juntos, conseguimos construir mais conhecimentos, não só no que remete à área profissional, mas que levaremos para a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças para continuar lutando pelo objetivo do curso no decorrer da trajetória de estudos, trabalho e aprendizagem.

Aos meus pais, em especial ao meu pai que me fez ter mais ânimo e coragem no momento que pensei em desistir por causa das dificuldades.

Aos meus irmãos, em especial a minha irmã que me inscreveu no processo seletivo para Licenciatura em Educação do Campo e aos meus amigos do assentamento que também somaram comigo e me deram apoio.

À minha amada esposa pela paciência e compreensão de estar ao meu lado nos momentos difíceis.

Ao meu orientador, professor Amintas, pelo seu profissionalismo, companheirismo e pela amizade que construímos.

Às professoras Margarida e Maura, por aceitarem participar da banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

A todos os meus colegas de turma e professores do curso de Licenciatura em Educação do Campo, por terem contribuído na minha formação.

RESUMO

Esse trabalho é uma investigação sobre a compreensão que agricultores e agricultoras assentados e seus filhos e filhas (e/ou netos e netas) possuem sobre o trabalho e sobre como a juventude se insere e/ou gostaria de se inserir no mundo do trabalho. Busco enfatizar a importância da permanência da juventude no meio rural, tanto quanto a importância do trabalho agrícola familiar. Pretendi compreender como os agricultores assentados, seus filhos e os educadores da escola em que estudam encaram o mundo do trabalho no Assentamento Palmares II; e como esses diferentes sujeitos avaliam o abandono do trabalho agrícola familiar pelos jovens que prestam outros serviços fora do âmbito da agricultura. O trabalho traz: um breve histórico do assentamento Palmares II, descrevendo a trajetória dos camponeses na luta pela conquista da terra e da escola; considerações sobre aspectos que emergem nos discursos de agricultores, de jovens e de educadores do assentamento em relação ao tema Trabalho e Juventude, com foco em como os assentados e seus filhos entendem o recrutamento de jovens da localidade para outras atividades fora do âmbito da agricultura, principalmente junto à empresa mineradora Vale; além de reflexões sobre a abordagem da temática Trabalho e Juventude na Escola Crescendo na Prática.

Palavras-chave: Trabalho; Juventude; Agricultura Familiar; Educação do Campo; Assentamento Palmares II.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1. BREVE RELATO DA HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO E DO PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	11
1.1. A conquista do Assentamento Palmares II	11
1.2. Percurso metodológico.....	15
CAPÍTULO 2. OS DISCURSOS SOBRE TRABALHO E JUVENTUDE NO ASSENTAMENTO PALMARES II.....	18
2.1. A influência da Vale	24
2.2. A migração dos jovens.....	29
CAPÍTULO 3. BREVES REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM DAS TEMÁTICAS TRABALHO E JUVENTUDE NA ESCOLA CRESCENDO NA PRÁTICA.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto de uma investigação sobre a compreensão que agricultores e agricultoras assentados e seus filhos e filhas (e/ou netos e netas) possuem sobre o trabalho e sobre como a juventude se insere e/ou gostaria de se inserir no mundo do trabalho. Tal pesquisa é importante porque através dela podemos compreender como se organiza a vida dos jovens no campo, especificamente em um assentamento de reforma agrária no sudeste do Pará, conquistado pela luta por terra travada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – na região. Busco enfatizar, sobretudo, a importância da permanência da juventude no meio rural, tanto quanto a importância do trabalho agrícola familiar, no sentido destacado por Stropasolas:

Embora a dimensão econômica seja um fator decisivo no processo de reprodução social da agricultura familiar, implicando em sua consideração nas investigações relativas ao meio rural, verifica-se que o acesso à renda e à remuneração “adequada” do trabalho agrícola familiar se restringe a uma pequena parcela das famílias de agricultores. Ou seja, ainda existe um enorme contingente da agricultura familiar que permanece à margem das políticas e projetos vigentes, seja porque não se enquadra nos padrões dominantes, seja porque se depara com enormes dificuldades para acessar os recursos disponibilizados pelas instituições (STROPASOLAS, 2006, p. 19).

Vale ressaltar que nossa análise é feita no momento político de crise que estamos vivendo, quando o desemprego aumenta vertiginosamente e a juventude sente com maior intensidade os efeitos dessa elevação, até porque as políticas educacionais brasileiras também não apontam muitas perspectivas. Nesse sentido, o campo tem sofrido ainda mais as consequências dessa situação, com a expansão do agronegócio que não emprega, com a política fundiária que distribui terras aquém da demanda e que, além disso, não dá condições de permanência às famílias assentadas, com impactos bem conhecidos já, como o êxodo rural e a reconcentração de terras.

Também é digno de nota o quanto tem se constituído uma visão negativa da vida no meio rural. Aumenta o número de pessoas que não conseguem ver mais perspectivas na vida camponesa, o campo segue inferiorizado e colocado como lugar de atraso. Agricultores enfrentam muitas dificuldades, dentre as quais: dificuldades financeiras para continuar produzindo e limitações tecnológicas e ambientais à produção agrícola que os impedem de aprimorar a atividade e diminuir a penosidade do trabalho na roça.

Historicamente tem se constituído um processo de negação de direitos aos povos do campo, combatido pelas lutas que os movimentos sociais travam por políticas públicas que permitam o acesso a condições dignas de vida para a população. Nesse sentido, a juventude camponesa tem sido pautada, principalmente no tocante à educação de qualidade e ao acesso a trabalho. Infelizmente, a migração de jovens de localidades rurais que buscam concluir seus estudos nas cidades é um problema que ainda persiste nos dias de hoje, em decorrência da falta de escolas que atendam à demanda por vagas e do ensino apartado da realidade.

Nesse sentido é que então se constrói a perspectiva da educação do campo, primeiramente posicionada como uma crítica ao modelo de educação imposto às escolas no meio rural, com currículo alheio à vivência dos sujeitos. Dessa forma, a educação do campo é construída em contraposição ao modelo hegemônico, ou seja, trata-se de uma educação pensada a partir da realidade dos sujeitos, onde o homem e a mulher do campo são valorizados, assim como sua cultura, seus saberes e sua identidade.

Uma educação nesses moldes permitiria que os jovens camponeses pudessem reconhecer seu papel social e construir seus projetos de vida sem que sair do campo fosse a única opção atraente. Por isso, é uma educação emancipadora, na qual os indivíduos são formados para ser livres e não para viver subordinados, nem tampouco para pura e simplesmente atender ao mercado de trabalho. A educação transformadora deve tornar os sujeitos pensantes, capazes de fazer a sua própria leitura do mundo e escrever sua própria história na sociedade em que estão inseridos.

Diante disso, pretendi compreender como os produtores rurais assentados, seus filhos e os educadores da escola em que estudam encaram o mundo do trabalho em um assentamento da reforma agrária: como esses diferentes sujeitos avaliam o abandono do trabalho agrícola familiar pelos jovens que prestam outros serviços fora do âmbito da agricultura. Para isso, tentei estimular discussões sobre a temática a partir da escola e refletir sobre o sentido dado ao trabalho pela juventude local.

A pesquisa foi realizada no Assentamento Palmares II, localizado a 22 km da cidade de Parauapebas - PA, na Escola Estadual de Ensino Médio Crescendo na Prática (EEEMCP), com estudantes do ensino médio da escola residentes em lotes de produção e agricultores e agricultoras da comunidade local. Palmares II é um assentamento de reforma agrária com 23 anos de existência, grande e importante regionalmente, emblemático na luta pela terra empreendida pelo MST, onde muitas famílias vivem da produção agrícola. Entretanto, a vila se expandiu enormemente nos últimos anos, vivenciando um processo de urbanização

significativo, que faz com que nem todos os habitantes da localidade sejam agricultores. Já há um setor importante de comércio e serviços, incluindo o serviço público, principalmente de educação. Além disso, há a mineradora multinacional Vale e as empresas terceirizadas a ela subordinadas que atuam nas adjacências imediatas do assentamento e recrutam mão de obra.

Um dos motivos que me levaram à construção desse trabalho é conhecer parte da realidade de produtores rurais do Assentamento Palmares II, principalmente com relação à reprodução social do campesinato. Enquanto morador da comunidade, me parecia que parte dos jovens desse assentamento estavam migrando para outras atividades fora da agricultura familiar e deixando de lado o trabalho com seus pais no campo. Os jovens do assentamento, hoje, deixam de participar de práticas agrícolas nos lotes para trabalhar em outras atividades de cunho assalariado. Desse modo, me interessava saber quais os discursos veiculados pelos jovens da comunidade e por produtores rurais da localidade acerca do tema trabalho.

No primeiro capítulo, trago um breve histórico do assentamento Palmares II, descrevendo um pouco da trajetória dos camponeses na luta pela conquista da terra e, tão importante quanto, da escola. Além disso, descrevo a metodologia utilizada para desenvolver o trabalho. No segundo capítulo, teço considerações sobre aspectos que emergem nos discursos de produtores rurais e de jovens do assentamento em relação ao tema Trabalho e Juventude, tentando compreender como os agricultores e seus filhos entendem o recrutamento de jovens da localidade para outras atividades fora do âmbito da agricultura, principalmente junto à empresa mineradora Vale. No terceiro capítulo, trago algumas reflexões sobre a abordagem da temática Trabalho e Juventude na Escola Crescendo na Prática. Em seguida, à parte, faço as considerações finais.

CAPÍTULO 1. BREVE RELATO DA HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO E DO PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

1.1. A conquista do Assentamento Palmares II

Palmares II é um assentamento do MST, com aproximadamente uns 15 mil habitantes, que fica localizado na região Sudeste do Estado do Pará, no município de Parauapebas (polo da região e também conhecida como a capital do minério), a uma distância de 22 km da sede e a 820 km da capital, Belém. O assentamento teve início no ano de 1994, como um acampamento formado por trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, pessoas pouco valorizadas por muitos e até mesmo chamadas de vândalos ou baderneiros por outros, mas que almejaram conseguir um lote para plantar e poder suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Baseados em uma perspectiva comunista e organizados em um movimento social que prega a igualdade de direitos e o bem comum entre todos os sujeitos, esses trabalhadores e trabalhadoras conquistaram o assentamento, que hoje é um dos maiores na região Norte, construído a partir da luta e em condições precárias de existência. Foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos camponeses e camponesas, principalmente no período em que ainda estavam acampados, sendo muitas as famílias com crianças pequenas e mesmo recém-nascidas que vivenciaram um período de extrema pobreza. Segundo afirmações dos próprios assentados, quando recebiam cestas básicas enviadas pelo governo, não dava para quase nada, como faz menção uma acampada à época:

até um pacote de café era dividido na colher para umas 10 pessoas e o açúcar era dividido no copo, e quando a fome apertava muito, alguns saíam para o lixão à procura de restos de carnes, pés de boi e bucho de vaca, que os açougueiros da cidade vinham com o caminhão e jogavam na beira da estrada (Maria das Dores, assentada em Palmares II, depoimento colhido em 2013).

Compreendemos, portanto, o quanto as pessoas que ingressaram no MST nesse período sofreram para estar hoje dentro de suas próprias terras, administrando-as, e construir um assentamento como Palmares II, que é uma referência tanto para a comunidade como para outros assentamentos do MST, além de apoio para acampamentos do movimento localizados no sudeste do Pará.

A conquista do assentamento foi marcada por acontecimentos que provocam tristeza à comunidade até os dias de hoje, pois a memória registra o massacre coletivo de trabalhadores rurais sem terra, cruelmente executados na luta por reforma agrária na região, além do

assassinato individual de militantes, cuja voz foi silenciada pelo latifúndio. No mesmo período foi construído também o Assentamento 17 de Abril, cujo nome faz referência ao dia em que ocorreu o massacre de 19 sem terras no município de Eldorado dos Carajás, no ano de 1996.

O acampamento que daria origem a Palmares teve início no ano de 1994, com aproximadamente 2500 famílias, a partir da organização do MST que resolvera lutar contra as forças armadas do latifúndio na região sudeste do Pará. Os acampados sem terra vieram andando da cidade de Marabá e faziam suas moradias provisórias debaixo de lona preta, montando acampamentos à beira das estradas até chegar à cidade de Parauapebas, onde ocuparam a fazenda Rio Branco, inicialmente em condições extremamente precárias.

Muitas pessoas adoeciam pois não tinha saneamento básico no acampamento e nenhuma assistência do governo municipal. Quando as pessoas adoeciam eram levadas às pressas para a cidade, em redes. Apesar de tantas dificuldades enfrentadas, no período do acampamento, os sem terras ganharam força na coletividade para lutar e alcançar o objetivo de conquista da terra para plantio e produção de alimentos para o próprio sustento. Naquele momento, as famílias viviam às margens, em uma vida de extrema pobreza, mas com muita coragem e determinação, organizadas no MST, insistiram na luta por reforma agrária, pois acreditavam que um dia iriam superar os desafios que tinham à frente e conseguiriam um pedaço de chão.

Entretanto, isso custou a vida de companheiros que tombaram no decorrer dessa longa caminhada, entre eles os 19 sem terras cruelmente assassinados no episódio que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás. Mesmo diante do terrível ataque, o movimento não capitulou e a marcha de pessoas cresceu ainda mais, até que o governo se sentiu pressionado a destinar a terra para a reforma agrária. Em 26 de junho de 1996, dois meses depois de ocorrido o massacre, o INCRA cortou a terra e assentou os acampados em Palmares.

Hoje, Palmares II é um assentamento ainda pautado pela mobilização social, mas que vem enfrentando dificuldades devido à postura de algumas lideranças da comunidade, que parecem ignorar alguns princípios que regem a população desde ainda o tempo de acampamento. Por exemplo, a resolução de problemas internos à base de democracia, o que acarreta em uma certa divisão entre as próprias lideranças locais do MST. O povo sempre teve voz para se posicionar até mesmo contra decisões do governo municipal de Parauapebas e decidir o que é melhor para o assentamento, mas recentemente alguns líderes do movimento chegaram ao ponto de se unir com o prefeito da cidade e mudar o que já tinha sido decidido por meio de votação na comunidade, golpeando as escolhas do povo em um processo

antidemocrático. Entretanto, as pessoas do assentamento não desistem de lutar democraticamente por seus objetivos, em prol do bem comum para todos.

A base econômica do assentamento é a agricultura familiar, voltada para a produção de mandioca, milho, abóbora e culturas perenes como frutíferas, entre outras, que geram a renda local. Duas vezes por semana saem 4 caminhões carregados de produtos da comunidade com destino à sede do município, contribuindo diretamente para a alimentação das pessoas que residem na área urbana de Parauapebas, assim como também para a merenda escolar em toda a cidade. O assentamento se destaca em produção agrícola no município, mostrando que a luta do povo para conquistar a terra não foi em vão e que o sangue de trabalhadores sem terra derramado nos conflitos com latifundiários serviu como adubo para fertilizar a terra em que hoje seus companheiros colhem o pão.

Em meio a tantas conquistas do MST, destacamos a construção da Escola Crescendo na Prática em 1999, que hoje é o símbolo de uma das maiores conquistas do Assentamento Palmares II, fruto de muito esforço e determinação do povo engajado na luta pela reforma agrária e por justiça social no país. Para boa parte dos assentados, a escola representa hoje muito mais do que o espaço da educação formal, pois é também um ponto de apoio à comunidade. A escola é o espaço em que filhos e filhas de agricultores acessam o direito à educação básica, mas funciona ainda como uma espécie de subprefeitura, pois tudo que se passa na comunidade e em volta dela é tratado na escola, como por exemplo, melhorias de estradas, entre outras pautas reivindicativas dos moradores. Dessa maneira, a escola representa muito para o assentamento, pois é o espaço onde todas as reuniões acontecem, onde se reúnem a direção e coordenação do assentamento, onde as pessoas têm acesso a esporte, cultura e lazer, servindo como lugar de encontros e confraternizações nesses âmbitos. Além disso, é também importante geradora de renda na comunidade, pois emprega muitos moradores da vila.

À época do acampamento, a reivindicação da criação da escola estava em primeiro plano, porque a escola é extremamente importante para pessoas que, quando ingressaram no movimento, eram, na maior parte, semianalfabetas e mesmo analfabetas, que conseguiram se alfabetizar, concluir a educação básica e, em alguns casos, cursar uma faculdade, graças à luta de muitos sujeitos que se doaram para que essa escola viesse a existir. Hoje, a escola que já foi apenas dois barracões com estrutura feita de pau a pique e cobertos com palha e teve início com apenas 100 alunos e o trabalho voluntário de 10 pessoas, é uma das maiores escolas do campo na região Sudeste do Pará, devido à quantidade de alunos. Além de atender a população da vila

como um todo, contribui ainda para a educação dos jovens de comunidades vizinhas como a Vila Rio Branco, Vila Brasil, Vila Liberdade, entre outras.

Portanto, as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras não foram em vão: tudo que existe hoje no assentamento Palmares II foi conquistado através das batalhas travadas, greves, fechamentos de estradas e várias mobilizações camponesas. Existe em Palmares II, além da Escola Crescendo na Prática, outra escola, somente de educação infantil, além de outra escola de ensino fundamental, que também foram construídas a partir das reivindicações e lutas do povo no assentamento. No âmbito da educação, há também o Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico (IALA Amazônico), onde acontecem encontros e curso de formação do MST e de outras organizações da Via Campesina. Outros espaços importantes para a coletividade incluem a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Palmares (APROCPAR), o posto de saúde comunitário, a farinheira da vila e o campo de futebol da comunidade.

A escola nos dias atuais tem sido uma grande formadora de sujeitos do campo e da cidade, de crianças e adolescentes, de jovens e adultos, de homens e mulheres, que outrora não tinham acesso pleno ao direito à educação, mas que agora exercem esse direito. Na comunidade, as três escolas contribuem para a formação dos jovens sujeitos filhos e filhas dos agricultores e agricultoras.

O Assentamento Palmares II é marcado por várias festividades nas quais as pessoas brincam e se divertem. Todos os anos, especificamente no dia 26 de junho, comemora-se o aniversário do assentamento, que é também a celebração de uma conquista popular. O povo de Palmares II é constituído por pessoas batalhadoras que lutam pelos seus direitos, que buscam seus objetivos. As muitas lutas e as mobilizações dos sem terra surtiram efeitos muito significativos para o Assentamento Palmares II e não só para o mesmo, mas também para as demais comunidades que o cercam, assim como os demais assentamentos que, juntamente com Palmares II, uniram forças para que essa história viesse a ser construída, como o Assentamento 17 de Abril e outros, que foram fundamentais em todo esse processo de luta por reforma agrária, por justiça social e soberania popular frente à sociedade burguesa e antidemocrática que está posta, que não valoriza os sujeitos do campo que trazem consigo as marcas do sofrimento e as mãos calejadas do trabalho com a enxada.

Atualmente, Palmares II está crescendo consideravelmente, tendo em vista a migração de pessoas de muitas outras regiões do Brasil com o objetivo de residir no assentamento, em busca de melhoria de vida. Dessa maneira, tem aumentado consideravelmente o número de

habitantes, o que causa preocupação por parte das lideranças do MST, que temem que as suas raízes, a sua cultura, os seus saberes e a sua dinâmica pautada na luta dos movimentos sociais venham a ser esquecidas, à medida em que o assentamento se torna uma cidade.

1.2. Percurso metodológico

Sou filho de agricultores do Assentamento Palmares II, de infância simples e sem regalias, criado na roça. Não tenho muitas lembranças de quando minha mãe ingressou no MST, pois só tinha três anos de idade na época, sendo o mais novo de quatro irmãos. Segundo minha mãe, enfrentamos muitas dificuldades até a tão sonhada conquista da terra, entre as idas e vindas de acampamentos às margens das estradas e rodovias que ligam Marabá a Parauapebas. Entre 1994 e 1996, foram dois anos de muita luta dos camponeses organizados no MST, da qual minha mãe participou como acampada. Hoje, como assentado pela reforma agrária que teve a oportunidade de se tornar estudante de Licenciatura em Educação do Campo devido a essa condição, tenho feito, no decorrer do curso, o exercício de olhar para a comunidade em que cresci não apenas como morador da mesma, mas também no que tange ao olhar de pesquisador, a partir das investigações propostas pelo curso, desenvolvidas na tentativa de refletir sobre os problemas locais e de contribuir com o assentamento, mesmo que de forma indireta.

Assim, pretendi com o presente trabalho fazer uma análise sobre o que está pesando mais na decisão dos jovens da comunidade hoje, no tocante às escolhas de vida. Me parecia, enquanto morador de Palmares II, que os jovens estavam deixando de contribuir com seus pais nas atividades da roça para ingressar em outras atividades fora dela, e até mesmo fornecendo força de trabalho para a exploração mineral empreendida pela empresa Vale na cidade de Parauapebas, apesar de todas as contradições decorrentes da presença da mineradora no entorno do assentamento.

Desta forma, tentei compreender se os jovens estão satisfeitos com as formas de trabalho que essas outras atividades oportunizam, se eles acreditam que têm acesso às mesmas e se estão realmente deixando de trabalhar junto aos seus pais na agricultura por conta dessas outras opções, ou se há ainda outras motivações no caso de isso realmente estar acontecendo.

Na perspectiva de responder às questões colocadas propus desenvolver uma pesquisa baseada em entrevistas gravadas com agricultores no Assentamento Palmares II, assim como, com jovens do assentamento que residem nos lotes, na “roça”, com seus pais, e a partir dessas narrativas, tentar dimensionar a amplitude desse recrutamento dos jovens da agricultura familiar para outras atividades de cunho assalariado, fora do âmbito agrícola.

Dessa forma, colhi narrativas que apontam para uma tensão geracional na comunidade, à medida que os jovens filhos de agricultores parecem não ver mais o trabalho na produção agrícola com seus pais como uma maneira de sobrevivência satisfatória. Será que já se cristalizou um entendimento de que a atividade rural não supre financeiramente todas as necessidades básicas? Por que os jovens preferem se submeter a outras formas de trabalho? Será que realmente preferem?

Diante da possibilidade real de superexploração de mão de obra barata e obtenção de mais-valia disfarçada de trabalho digno, quando empresas impõem carga horária excessiva aos trabalhadores e remuneração não condizente com condições de insalubridade e segurança precária, proponho um debate acerca do tema trabalho e juventude, trazendo a reflexão sobre essa problemática para o assentamento e, principalmente, para os jovens que frequentam a Escola Estadual de Ensino Médio Crescendo na Prática, enfatizando como a agricultura familiar poderá ser impactada com o recrutamento dessa juventude para atividades não agrícolas.

Além disso, pretendo refletir, a partir das narrativas, sobre as políticas públicas que estão sendo pensadas para essa população jovem em Palmares II: se existem e como estão sendo acessadas no local? Essas políticas estão pensadas para que os trabalhadores se reproduzam socialmente e permaneçam no campo?

A pesquisa foi realizada a partir do retorno a dados colhidos em trabalhos de Tempo-Espaço-Localidade anteriores, que incluem os estágios docência na escola e narrativas orais de assentados jovens e adultos gravadas e transcritas, além de entrevistas com estudantes do ensino médio, professores, coordenadores e diretores da Escola Crescendo na Prática. A partir da releitura desse material, foi realizada a seleção das falas mais significativas sobre o tema trabalho e juventude, assim como identificados outros aspectos a serem abordados em novas entrevistas, já para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Assim, da Pesquisa Socioeducacional II, sobre práticas pedagógicas, destaquei a fala de 3 dos 6 profissionais da educação entrevistados; na Pesquisa Socioeducacional VI, voltada à observação no ensino médio, recorri à fala de quatro dos seis sujeitos entrevistados, entre estudantes e profissionais da educação; da Pesquisa Socioeducacional VII, em que realizei o estágio de intervenção no ensino médio, selecionei trechos dos depoimentos de seis dos onze estudantes entrevistados. Esses trechos tanto subsidiaram a análise feita durante a elaboração do presente TCC, quanto forneceram elementos que me permitiram elaborar o roteiro para as novas entrevistas, assim como a literatura consultada sobre trabalho e juventude. Por ocasião

do TCC, realizei 30 novas entrevistas: 15 com agricultores locais e 15 com jovens moradores da roça, estudantes do ensino médio.

Neste primeiro capítulo e no seguinte, optei por construir a narrativa a partir da perspectiva dos sujeitos com quem dialoguei durante a pesquisa, enfatizando principalmente as falas de jovens estudantes e pais e mães agricultores e, em alguns momentos, também de educadores. No terceiro capítulo, tentei dialogar com alguns autores de textos lidos ao longo da pesquisa, refletindo a concepção de trabalho pela juventude do assentamento em contraposição àquela construída na escola, deslocando o foco da análise para a fala dos educadores.

CAPÍTULO 2. OS DISCURSOS SOBRE TRABALHO E JUVENTUDE NO ASSENTAMENTO PALMARES II

Estudantes estão preocupados com seu futuro financeiro, com o que vão ser na vida após terminar os estudos. Em Palmares II, não há muitas opções de estudo e trabalho, de forma que os jovens almejam sair da localidade para buscar seus sonhos de exercer outras profissões que não sejam o trabalho rural com os pais na terra. Talvez, estes sejam alguns dos motivos que têm levado a juventude a não querer permanecer na comunidade, tendo em vista a saída de jovens para cursar faculdades e cursos técnicos e/ou profissionalizantes em outros lugares. Pelas falas, a impressão que temos é que o assentamento não oferece muitas oportunidades nesse sentido, como afirma uma jovem:

Trabalho é o meu futuro porque se eu não trabalhar o que que eu vou ser? Eu vou ficar em casa sem fazer nada, né! Então eu quero terminar meu ensino médio, agora eu estou fazendo muitos cursos para quando eu terminar meu ensino médio, eu começar a trabalhar nos cursos que eu estou fazendo. Agora mesmo, eu estou fazendo técnico de segurança do trabalho, para quando eu terminar meu ensino médio, eu quero exercer essa profissão. É um meio de trabalho para eu poder pagar minha faculdade de engenharia ambiental. Estou estudando também para quando mais na frente eu ter meus filhos e o que eu aprendi, eu poder passar para eles (Carla Carolina, estudante do 2º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

Os jovens veem o trabalho, muitas vezes, como uma obrigação que os mesmos têm para poder se sustentar, ganhando dinheiro para se manter. Na concepção dos mesmos, para isso, há a necessidade do estudo formal. Os entrevistados acreditam que sem uma boa base educacional, jamais conseguirão um bom emprego, restando-lhes somente os trabalhos mais penosos do ponto de vista do esforço físico, entre os quais, o trabalho na agricultura. Com relação à penosidade do trabalho, diz um estudante:

Trabalho é uma responsabilidade que a pessoa tem que ter durante a vida, porque se a pessoa não tiver um bom ensino, ele nunca vai aprender uma boa profissão, ele nunca vai ter um trabalho bom que você ganhe bem e não se esforce muito, porque se você não tiver ensino só vai sobrar trabalho pesado, mas se você tiver estudo, o trabalho vai ser bem melhor (Miquéias Januário, estudante do 2º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

O trabalho também é visto pelos jovens como um modelo de vida, uma vez que, desde crianças, os pais já os incentivam a estudar para se preparar para o trabalho, assim como os professores, durante o período de formação na escola, também atuam com esse foco. Assim, o

estudo para conseguir uma boa profissão se torna o maior objetivo desde a adolescência desses estudantes. Entretanto, muitos se voltam para a questão familiar, no que tange ao sustento da família, de ajudar a colocar o pão de cada dia na mesa, ou seja, na questão da sobrevivência imediata, que não se contrapõe ao ideal de ter uma vida digna no meio em que estão inseridos a partir do trabalho, como enfatiza o jovem a seguir:

Pra mim, como estudante, eu entendo trabalho como um modelo de vida que todos têm que obter. Assim, quando uma pessoa se torna adolescente e conclui o ensino fundamental, ou seja, a 8ª série, ela já tem que ter na mente aquela concepção de trabalho, de estudar e se formar para o que ela deseja ser: um engenheiro, um professor, um arquiteto, porque através do trabalho, ela vai adquirir recursos para sustentar sua família. Porque a partir do momento que ela entender o que é trabalho dentro da sua casa, ela viu que os seus pais diziam ‘menino tem que trabalhar pra ter comida na mesa, tem que trabalhar para sobreviver, tem que trabalhar para se sustentar, para ter alimento na mesa’, então o adolescente, o jovem, vai crescendo entendendo que somente com o trabalho pode sobreviver, que só com o trabalho tem comida na mesa, vai compreendendo que através do trabalho é a melhor forma para sobreviver, que o trabalho é a melhor forma para se adquirir bens e família e sem trabalho não tem uma vida digna, não tem uma casa própria. Então, o trabalho é a melhor forma para se obter algo na vida (Jessé Silva, estudante do 2º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

O trabalho para alcançar independência financeira é destaque na interpretação dos jovens. Muitos deles almejam se desprender de seus pais financeiramente: alguns querem montar um negócio próprio para se sustentar e sobreviver, mas não só no que se refere à emancipação em relação aos pais. Alguns jovens também não gostam da ideia de trabalhar assalariados, sendo explorados por patrões em trabalhos fichados em empresas, em troca do que consideram ser uma migalha no final do mês. Sobre isso, uma das entrevistadas declara:

O meu objetivo é me formar e montar meu próprio negócio, que eu já tô começando mesmo. Eu não pretendo fazer faculdade, porque eu estou fazendo um curso de cabeleireira, que vou terminar no começo do ano e já está montado, praticamente, meu negócio. Agora só falta atuar mesmo na área, eu acho que a escola influencia bastante os jovens a atender o mercado de trabalho, a escola transmite isso para quem quer realmente estudar (Adrielle Conceição estudante do 2º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

Trabalhar em profissões consideradas de destaque na sociedade, como medicina, advocacia e veterinária, também é objetivo de alguns jovens. Ouvi poucos jovens dizendo que almejam ser professores ou trabalhar na área da educação, por exemplo. Talvez porque seja uma área pouco valorizada na sociedade atual, que oferece baixos salários pelo volume de

trabalho exercido pelos educadores. Dessa forma, parece não ser visto como uma profissão boa. No que tange à valorização de algumas áreas de trabalho, descreve um estudante:

Primeiramente, eu penso em trabalhar por exemplo uns dois anos, pra ver se eu consigo melhor uma verba pra faculdade, mas ainda estou vendo com minha mãe a faculdade que vou fazer, mas meu foco é medicina, eu quero fazer uma faculdade de medicina pra ver se o futuro vai ser melhor (Luiz Henrique, estudante do 2º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

Trabalho como sinônimo de qualidade de vida é comumente reforçado nas falas, no sentido de se formar para atender ao mercado, motivo de os jovens estarem estudando. Assim, o trabalho aparece como forma de satisfazer os prazeres do consumismo que, embora destacados pelos sujeitos, é notável que a localidade parece não oferecer essa possibilidade plenamente. O trecho do depoimento a seguir aponta para isso.

Quando eu terminar eu quero fazer uma faculdade de zootecnia ou medicina veterinária, só que pra isso eu ia precisar de um estudo mais avançado e aqui não me forneceu o ensino que eu precisava, devido à falta de algumas matérias. Pra mim, o meu trabalho vai ser uma forma de me sustentar e me satisfazer, porque é uma profissão que eu quero. O papel da escola é fazer com que os alunos alcancem algum objetivo, o meu objetivo de estar sendo formada é o objetivo de atender o mercado de trabalho e dali eu satisfazer os meus prazeres, tirar meu consumo (Aline Tavares, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

No campo epistemológico, percebemos nas falas dos sujeitos que o trabalho não é considerado como um princípio educativo, no que tange à compreensão de mundo, mas a partir de alguns depoimentos significativos, compreendemos que a concepção do estudo para atender ao mercado está impregnada nas narrativas dos indivíduos. Dessa forma, quais as perspectivas de futuro dos jovens entrevistados quando terminarem o ensino médio se o sentido dado ao trabalho por cada estudante não condiz com o papel da escola no sentido da formação dos sujeitos?

Quando investigamos o que esses jovens almejam para suas vidas, observamos que a maior parte deles sonham em desempenhar profissões que acreditam ser de destaque na sociedade, como advocacia, medicina, engenharias, veterinária e outras. Nesse sentido, é notável que boa parte desses estudantes migrarão para outras regiões em busca dos seus objetivos, tendo em vista que a localidade em que estão inseridos não oferece todas essas possibilidades.

Nota-se também, a partir das falas dos jovens, o papel da escola na formação dos sujeitos, pois alguns acreditam na escola como um caminho certo a ser seguido para que as pessoas alcancem seus objetivos. Além disso, a escola parece influenciar nas escolhas com relação à futura atuação profissional, como diz um estudante:

A escola influencia os alunos a querer algo da vida, se eu fico só em casa eu não vou ter então na mente a ideia de querer ser alguém na vida, mas se eu tiver estudando eu vejo os colegas dizendo: ah, vou fazer isso e outro diz: ah, fazer aquilo. Então isso me ajuda muito, vai me influenciando a querer mais e mais a educação (Carla Carolina, estudante do 2º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

A escola não é vista apenas no sentido de se conseguir uma vida melhor e de possibilitar se tornar sujeitos independentes, mas também como instituição que cumpre importante papel mantendo as pessoas longe da criminalidade e das drogas, ou seja, das coisas ruins da vida. Nesse sentido, a escola é colocada como uma maneira de ocupar a mente das crianças e dos jovens, como enfatiza o estudante a seguir:

A escola, o papel dela é incentivar as crianças, os adolescentes, os jovens a ter uma vida melhor, a viver por conta própria, e também não se envolver com coisas que não têm futuro, drogas essas coisas, tirar eles desses locais, porque se eles não tiverem com a mente ocupada com estudo, eles vão tender a ir para o lado ruim. Eles estando com a mente ocupada terão um outro modo de pensar e agir, acho que o papel da educação é isso, é tirar as pessoas do lado ruim (Miquéias Januário, estudante do 2º ano, entrevista concedida em 2016).

Alguns educadores, estudantes e pais enxergam o trabalho como uma questão de sobrevivência, mesmo acreditando que sem escolaridade não se consegue um bom emprego para satisfazer necessidades e desejos materiais. Desta forma, estudantes se sentem pressionados a estudar porque se não o fizerem, não conseguirão posições financeiras confortáveis na sociedade. Nesse sentido, alguns dizem ser a sociedade o que mais influencia os sujeitos a estudar, acreditando que sem estudo ninguém consegue sucesso.

Alguns jovens acreditam que o papel da escola consiste em formar os estudantes somente para passar de ano, mesmo sem conseguir aprender nada das disciplinas que foram passadas em sala de aula. Entretanto, a escola também tem o papel de formar sujeitos críticos para a vida em sociedade, mas há educadores da comunidade que dizem que a escola em que atuam não tem dado conta nem mesmo de formar os alunos para atender ao mercado de trabalho,

dizendo que os estudantes estão sendo formados para viver aleatoriamente na localidade, embora acreditem que algumas práticas educativas podem ser melhoradas no assentamento.

A compreensão do estudo para atender o mercado de trabalho e a perspectiva de futuro dos jovens, de acordo com os estudantes, permite refletir mais uma vez sobre o que é ser educador e sobre o papel da educação como um todo, além de investigar a precariedade do ensino médio público. Na escola, embora esteja funcionando regularmente, muitos conteúdos são atropelados pelos educadores das turmas que, às vezes, parecem estar correndo uma maratona para fechar as notas bimestrais. A visão da escola como um trampolim para a vida econômica bem-sucedida, compartilhada por estudantes, pais e professores, além de muitas vezes ilusória, não colabora para uma mudança dessa postura, uma vez que acarreta em pouco questionamento dos estudantes sobre a educação que lhes é oferecida, por mais contraditório que pareça.

Os estudantes acabam prejudicados no sistema de ensino e sofrendo grandes perdas na aprendizagem, tendo em vista, que além de tudo, também há muitas dificuldades relacionadas à falta de professores no ensino médio na Escola Crescendo na Prática. Isso implica em que a demanda por professores em Palmares II seja significativamente suprida por profissionais de origem urbana, com uma visão urbanocêntrica de mundo e comumente pouco abertos a questionar a visão da escola como espaço que forma para o mercado, que, contudo, também não conseguem efetivar adequadamente.

Há ainda o descaso do governo do Estado do Pará para com a educação do campo, direito que tem sido negado historicamente à classe trabalhadora, como mostram as imagens da greve nas escolas no ano de 2016, em que estudantes chamavam a atenção do governo estadual para a necessidade de melhorias nas escolas do ensino médio no município de Parauapebas e, principalmente, nas escolas do campo nos assentamentos.

Figura 1: Greve no ensino médio em decorrência da falta de professores na Escola Crescendo na Prática, no assentamento Palmares II.



Fonte: Página do Facebook do estudante Jessé Silva, 2016.

Figura 2: Greve no ensino médio em decorrência da falta de professores na Escola Crescendo na Prática, no assentamento Palmares II.



Fonte: Página do Facebook do estudante Jessé Silva, 2016.

Figura 3: Greve no ensino médio em decorrência da falta de professores na Escola Crescendo na Prática, no assentamento Palmares II.



Fonte: Página do Facebook do estudante Jessé Silva, 2016.

2.1. A influência da Vale

Em meio ao papel desempenhado pela escola, tentei compreender se está havendo alguma influência da empresa mineradora Vale nas decisões tomadas pelos jovens do assentamento Palmares II, diante da possibilidade de recrutamento de jovens trabalhadores rurais da comunidade para o trabalho fichado¹ na referida empresa e/ou em suas terceirizadas. Desta forma, estimulado pela percepção desenvolvida em trabalhos de Tempo-Espaço-Localidade anteriores, nos perguntamos se o trabalho fichado atrai os jovens ao ponto de deixarem a atividade agrícola no campo para se engajar em atividades junto à Vale. Tentamos responder ao questionamento a partir das narrativas de agricultores e jovens da localidade, como no depoimento de uma agricultora do assentamento, de que segue o trecho abaixo.

O trabalho na Vale atrai sim os jovens. Antigamente, até compensava os jovens deixar de ajudar seus pais pra ir trabalhar nessas empresas, mas hoje as pessoas se ficham e passam às vezes só três meses e já saem. A forma de trabalho na roça é ruim, por isso os filhos não quer mais ajudar os pais, porque com a Vale, aí os filhos falam assim: eu vou é trabalhar na Vale, nessas empresas por aí que eu ganho mais dinheiro, e também porque a forma de trabalho na roça é mil vezes pior do que na firma. Na roça, a gente trabalha muito mais (Renaldina Rocha, agricultura assentada em Palmares II, entrevista concedida em 2017).

¹ Trabalho com carteira assinada.

A busca dos jovens pelo trabalho assalariado em empresas é notada na fala de pais de estudantes, tendo em vista que o ganho financeiro do trabalho na roça é tido como pouco. Alguns pais chegam a dizer que trabalhando empregados, os filhos podem ganhar mais do que trabalhando na roça, como menciona um agricultor no momento em que diz:

O serviço nas empresas atrai os jovens porque na empresa a pessoa tem aquele dinheiro todo mês, porque na roça a gente não pega em dinheiro, só consegue mesmo pra comer, e nas firmas tem aquele salário fixo e na roça, um mês tem dinheiro e o outro mês não tem (Vilmar Alves, agricultor assentado em Palmares II, entrevista concedida em 2017).

Além do retorno financeiro, supostamente bem superior ao obtido a partir do roçado, alguns agricultores comparam o trabalho fichado nas empresas com o trabalho na roça, ressaltando as facilidades do primeiro tipo, considerado de menor penosidade, porque executado por grupos maiores de pessoas. Esse é um dos motivos apontados para que os filhos não queiram mais permanecer no campo, como explica uma assentada quando comenta que:

O serviço fichado atrai os jovens sim, porque o trabalho nessas firmas é um trabalho mais fácil, hoje é difícil um jovem querer ficar na roça trabalhando, é difícil, porque o trabalho na cidade é melhor, mais fácil, tem mais dinheiro, todo mês tem aquele tanto ali na conta. Então eu acho que os jovens saem mais pra trabalhar na cidade. A forma de trabalho atrai com certeza, atrai esses jovens, porque a maioria dos jovens hoje não querem mais trabalhar no pesado e a roça é muito sofrida, a gente trabalha muito, pra gente conseguir alguma coisa na roça, a gente tem que ralar muito e não tem nada fácil pra trabalhar na roça, não tem um serviço assim pra dizer esse é mais fácil porque tudo é difícil, então os jovens de hoje, eles não quer trabalhar assim, eles quer é uma forma mais fácil (Marli Gonçalves, agricultura assentada em Palmares II, entrevista concedida em 2017).

Segundo os pais dos jovens, existem muitas diferenças entre o trabalho fichado nas empresas, em comparação com o trabalho na lavoura. Para eles, até mesmo as ferramentas de trabalho na cidade são melhores para ser manejadas, com menos esforço físico. Assim, os jovens dariam preferência a esses tipos de atividade, não querendo mais “trabalhar no pesado” e, por isso, seriam atraídos para outros meios de sobrevivência, fora do campo.

De acordo com os pais, os jovens não necessitam de muito incentivo nesse sentido, pois os mesmos saem em busca dessas ocupações por livre e espontânea vontade. Sobre a crença de que fora da roça é melhor para se viver, nos diz um camponês quando tenta explicar sobre as decisões dos jovens em permanecer ou não na atividade rural:

Lá na empresa, o trabalho é de um jeito, aqui na roça o trabalho é outro, o jovem não quer deixar de trabalhar lá no emprego dele limpinho, às vezes com uma caneta, um computador, pra vir aqui pegar uma enxada, uma foice, um machado, um enxadão, ou mexer com uma criação, alguma coisa assim. Eles acham muito diferente uma coisa da outra, então o serviço aqui não serve pra eles, lá é melhor, lá ele está no meio da sociedade, tem muita gente grã-fina ao redor dele, então não precisa nem a pessoa chegar e incentivar ele, ele já vê como é a vida lá e cai pra dentro, dessa forma a influência dessas empresas é muito grande (Valdemar Gomes, agricultor assentado em Palmares II, entrevista concedida em 2017).

Outro aspecto importante nessa questão da saída dos jovens para trabalhar em outras atividades diz respeito à falta de recursos dos pais para manutenção das necessidades dos filhos em um mundo de consumismo crescente. Tendo em vista a condição financeira dos pais que não atende por completo às expectativas materiais dos filhos, alguns abandonam a atividade rural e não permanecem na terra, como observado no depoimento abaixo:

O trabalho nessas empresas atrai muito os jovens hoje em deixar de trabalhar com seus pais e ir para as firmas. O que a gente vê mais hoje é os jovens caçando emprego, outros faz cursos, vai trabalhar em qualquer emprego e deixa de ajudar os pais. Muitas vezes, a condição dos pais é fraca também, não tem como dar o que os filhos precisam, porque eles querem andar bem vestido, bem calçado, então eu concordo com eles, tem que trabalhar pra se manter. Nesse ponto aí, eu sou a favor deles, então eu concordo, porque trabalhando, a gente consegue as coisas (Felisberta Mariscal, agricultora assentada em Palmares II, entrevista concedida em 2017).

A falta de incentivo para os jovens permanecerem no campo seria então um outro fator que poderíamos tratar, já que não se tem muita atenção dos gestores públicos nesse sentido. A adoção de algum nível de mecanização e de apetrechos agrícolas mais modernos, por exemplo, facilitaria muito a atividade nos roçados e diminuiria a penosidade do trabalho. Essa visão do trabalho agrícola como extremamente penoso com certeza implica, em alguma medida, na migração para a cidade ou na busca de outros postos de trabalho considerado menos pesado, como aponta o produtor rural a seguir:

O trabalho na Vale influencia sim os jovens a deixar de trabalhar na roça, porque aqui o cara não tem nenhum incentivo pros jovens permanecer, aí termina o jovem migrando para as empresas, porque a forma de trabalho na roça tinha que ser mecanizada, porque manual os jovens não quer mais trabalhar. Se tivesse uma forma de trabalho mecanizada, atrairia sim os jovens a permanecer mais no campo, apesar de lá na firma, eles ganhar pouco, mas é melhor do que trabalhando na roça. Nas empresas terceirizadas, eles ganham melhor do que na Vale mesmo, um dos meus filhos mesmo trabalha na Vale, mora em Parauapebas em quitinete, tem mês que ainda chega a me pedir cem,

duzentos reais, então é pouco o que eles ganham (Manuel Fernandes, agricultor assentado em Palmares II, entrevista concedida em 2017).

Os jovens são atraídos pela possibilidade de prestar serviço na Vale e nas empresas terceirizadas, para não depender financeiramente dos pais. O objetivo de muitos jovens do campo, assim como os da cidade, é conseguir ter acesso a bens materiais, mas não somente isso. Alguns pretendem trabalhar fora também no sentido de ajudar seus pais, que julgam não ter uma boa condição financeira dentro da terra. Essa ajuda pode se dar pelo simples fato de não pesar mais no orçamento familiar, como destaca um estudante:

O serviço nas empresas que prestam serviços pra Vale atrai os jovens, porque quando a gente é jovem pretende trabalhar para ganhar dinheiro, para poder não depender dos pais, acho que é isso também, porque os pais moram na roça e querem também ajudar eles (Genes de Andrade, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

A importância do trabalho coletivo é destacada por jovens do assentamento de uma forma, no mínimo, inusitada. Alguns jovens afirmam que a atração pelo serviço fichado se dá também pela possibilidade do trabalho em grupo: como há muitas pessoas trabalhando em determinada atividade, eles entendem isso como uma vantagem, tendo em vista o esforço físico menor quando comparado com o trabalho na roça, que é realizado por poucos membros da família. Isso para eles parece fazer muita diferença, como afirma um educando da escola:

Às vezes, o trabalho na Vale chega até a atrair os jovens, porque como o serviço na zona rural é um pouco pesado, e quando a pessoa chega a fichar em empresas, lá ele vai trabalhar de uma forma adequada, de uma forma diferentemente. Então, muitos, quando estão ali, eles já começam a pôr seus pensamentos, os seus objetivos, em outras visões, porque é uma área de trabalho que não é tão forçada, e às vezes muitos desistem, não querem mais continuarem trabalhando em serviços rurais, já começam a ter aquele foco de trabalhar fichado, porque é melhor. São muitas pessoas trabalhado, não pesa nem pra um e nem pra outro, e na zona rural pesa mais acerca disso, porque são poucos os trabalhadores, e isso tira a visão de muitos jovens, porque quando eles chegam lá, esquecem dos serviços rurais, quer saber só de continuar fichado (Wemerson Ferreira, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

Entretanto, o trabalho nas empresas do município de Parauapebas não é visto apenas com bons olhos. Há também aqueles que entendem que os trabalhadores são extremamente explorados e não recebem o salário devido. Além disso, são dispensados sem que as empresas

paguem todos os direitos trabalhistas. No tocante a isso, faz menção uma estudante do assentamento:

Acho que a Vale emprega muitas pessoas, pra outros tipos de trabalho. Às vezes, o trabalho fichado atrai os jovens a sair da roça e às vezes não, porque a gente pode pensar que lá vai ser uma coisa e pode ser outra. E na roça, a gente está fazendo as coisas do dia-a-dia e nas empresas, às vezes, as pessoas saem e eles não pagam todos os direitos (Patrícia Pereira, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

Alguns entrevistados também acreditam que a empresa mineradora e suas terceirizadas já atraíram mais os jovens do assentamento a deixar de trabalhar com seus pais no campo em outros momentos. Atualmente, as empresas dariam mais oportunidades aos moradores da cidade do que aos moradores do campo, talvez até mesmo por preconceito com os jovens da zona rural.

No início, a Vale até incentivava assim o jovem a sair do campo, só que hoje em dia, da maneira que está levando, eu acho que não. Tem muitos jovens que não quer mais ir pra área da mineração, certamente que é uma grande empresa que tem aqui, mas a maioria eu creio que não está partindo pra essa área, só é mais pro pessoal do Peba [Parauapebas] mesmo (Wilk Custódio, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

A saída do campo rumo à cidade, para muitos jovens, ainda é vista como uma forma de melhorar de vida, de mais oportunidades, de empregos e salários melhores, situação considerada bem mais confortável do que o trabalho penoso na agricultura. Trabalhar fichado nas empresas para melhorar de vida aparece como uma fala frequente entre a juventude, pois muitos jovens não projetam permanecer na terra trabalhando na agricultura ao lado de seus pais, almejando formas tidas como mais fáceis de viver e ganhar dinheiro. Sobre esse ponto, nos diz uma educanda da escola também moradora da roça:

Muitos jovens se sentem atraídos pelo trabalho nas empresas, porque nem todos têm esse foco da roça, porque tem gente que mora na roça a vida toda e não quer sair dela de jeito nenhum, cultivando e plantando e colhendo, mas pra outras pessoas é importante, porque o trabalho fichado é um incentivo de melhorar de vida pra muitos que queira (Nargila Dielry, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2016).

De acordo com alguns entrevistados, os pais também incentivam os filhos a trabalhar na Vale e em suas terceirizadas, por acreditarem que se trata de uma boa empresa, que traz

muitos benefícios para os trabalhadores e para a região. O depoimento a seguir exemplifica bem isso, na medida em que evidencia a crença de que essas empresas são a melhor opção de trabalho existente na região, com vários setores e distintas atividades na área da mineração.

A empresa Vale é a melhor opção que está tendo aqui de trabalho, porque ela é uma empresa muito grande, e ela tem muito serviço pra oferecer. A maioria dos jovens aqui querem arrumar um serviço pra trabalhar nela, ela traz muitos benefícios, muitos dos meus amigos sempre falam pra mim que querem conseguir uma vaga para trabalhar na Vale, porque quem entra nela não quer mais sair, e pelo que eu vejo ela é uma empresa boa. Acho que o trabalho na Vale atrai sim os jovens a deixarem de trabalhar com seus pais na roça pra se ingressar nela, até mesmo os próprios pais incentivam os seus filhos a trabalharem nela por ela ser uma boa opção de serviço (Fernando Sousa, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2017).

Ao longo da história, os jovens do campo têm lutado para conquistar direitos que lhes foram e são negados em um longo processo de dominação pelas classes sociais abastadas. Esses direitos foram conquistados a partir da luta da classe trabalhadora, em confronto com a burguesia antidemocrática do país. Falar em juventude rural é refletir a respeito de sujeitos com anseios e planos para o futuro que vivem cotidianamente a incerteza de alcançá-los.

Poderíamos dizer que o futuro para esses jovens é incerto, que não se sabe quantos irão conseguir ir até onde desejam chegar, mas podemos dizer também que esses jovens querem conquistar seus sonhos, sua independência e a sua liberdade, seja trabalhando em empresas ou no lote, seja indo para a cidade estudar e/ou trabalhar, retornando ou não para o campo.

2.2. A migração dos jovens

Desde sempre, jovens de localidades rurais têm deixado suas comunidades em busca de alcançar seus objetivos migrando para as cidades, deixando para trás suas famílias e sua terra. Entretanto, nem sempre esses outros lugares oferecem melhores condições de estudo e trabalho.

Neste contexto, acredito que há uma desvalorização do campo pela juventude que reside em áreas rurais, que implica em uma perda muito grande para a agricultura familiar por meio do decorrente processo de migração dos jovens para as cidades, cada vez mais frequente, como reconhece Stropasolas (2006), embora ressalte que não se trata de uma via de mão única.

Alguns trabalhos de pesquisa constataam a “destruição” do tecido social nas comunidades rurais, associando-se de maneira causal a desagregação do ambiente cultural ao esvaziamento demográfico, particularmente de jovens, sendo o processo migratório visto como um movimento de via única e

determinado, sobretudo, por causas externas, causalidades que estamos pondo em questão (STROPASOLAS, 2006, p. 22).

Para esse mesmo autor, a permanência no campo não deixa de ser rica em especificidades, devido à existência de padrões culturais e problemas estruturais da sociedade, que acabam por restringir as oportunidades, dificultando a realização dos projetos de vida dos jovens (STROPASOLAS, 2006).

Alguns jovens não querem ter a vida de sofrimento que seus pais enfrentaram e ainda há aqueles que enfrentam diversas dificuldades nas localidades rurais em que vivem para conseguir sobreviver. Além disso, muitas vezes, os próprios pais dos jovens chegam a incentivar os mesmos a sair de suas localidades, em busca de uma vida com mais facilidade nas grandes cidades, acreditando que quando seus filhos vierem a casar e constituir suas próprias famílias, não passarão pelas mesmas dificuldades pelas quais passaram. No que tange a essa questão, enfatiza Stropasolas (2006):

O movimento migratório é a resultante das inúmeras, contínuas e pequenas iniciativas que buscam a construção de uma identidade social – redefinida e ampliada – de jovem, que integra valores “urbanos” sem deixar de ser rural e representa a possibilidade de filhos e filhas de agricultores familiares acessarem direitos de cidadania e bens culturais próprios da modernidade. Enfim, a possibilidade de moças e rapazes viverem com mais plenitude a qualidade de “ser” jovem. O fato de os jovens migrantes buscarem mudanças que questionam valores nucleares da agricultura familiar, redefine mas não anula o papel do ambiente cultural rural no processo de socialização e no comportamento futuro dessa juventude (STROPASOLAS, 2006, p. 26).

O incentivo dos pais aos filhos no sentido de estudarem para não serem analfabetos também aparece nas falas, notando que muitos agricultores não tiveram a oportunidade de estudar e conseguir formação acadêmica, de forma que insistem então em que os filhos concluam os estudos para que não sejam como eles, “que não estudaram e não tem leitura”. Dizem ainda aos filhos que estudem para ser alguém na vida e um dia sair da roça, discurso que corrobora o de outros sujeitos, como professores de origem urbana.

O meu pai fala pra mim sair da roça, porque o único meio de melhorar é através dos estudos, porque ele não teve a oportunidade que a gente está tendo, aí ele fala direto: tem que estudar pra não ser que nem ele que não estudou nada, pra ter uma vida melhor. Aí ele fala assim pra gente, ele fala pra gente estudar pra sair da roça, mas se quiser ficar também trabalhando na roça, também pode (Genes de Andrade estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2017).

Trabalhar na roça para alguns agricultores é por falta de opção, decorrente de não terem estudado. Alguns chegam a avaliar a vida urbana como melhor e com mais regalias quando comparada com a vida rural, mas ressaltam que na roça, pelo menos, podem plantar seus alimentos e colher o seu próprio sustento diretamente da terra. Contudo, sempre apresentam a vida fora do campo como superior à vida que levam nos lotes, como menciona um agricultor entrevistado:

O trabalho na roça não é essas mil maravilhas, mas a gente, como não tem nenhuma profissão mesmo pra ficar lá na cidade, pelo menos na roça, a gente cria uma galinha, cria um porco, planta uma batata, planta mandioca, e vai levando a vida, mas de ser bom, não é. Porque quem está lá na cidade tem outra vida, num sentido, porque aqui na roça, pelo menos a gente tem muitas coisas naturais aqui toda hora, se a gente produzir, plantar, mas a vida na roça não é tão boa. Eu mesmo, se tivesse uma boa profissão, eu não estava aqui na roça não, eu estava era na cidade, porque lá, hoje, se você tiver uma profissão boa, se tiver um bom emprego, você leva uma vida bem melhor lá na cidade (Ailton de Jesus, agricultor assentado em Palmares II, entrevista concedida em 2017).

Em relação às possibilidades de tornar o campo um lugar mais confortável para se viver, segundo os jovens entrevistados, a ajuda das máquinas facilitaria muito o trabalho no roçado, pois assim se reduziria o esforço braçal, as atividades seriam realizadas de maneira mais rápida e com menos sofrimento, como as limpezas de terrenos para plantio, trabalho considerado extremamente pesado. Este é um fator que os desanima em relação ao trabalho agrícola na terra dos pais, como relata o jovem a seguir:

Pra melhorar o trabalho na roça seria bom com a ajuda de uma máquina, na questão de limpeza, porque é ruim na hora de limpar, demora muito. Logo, só eu, por exemplo, uma área de duas linhas, por exemplo, quando eu termino de limpar a segunda área, a primeira já está boa de limpar novamente. Na minha opinião, se tivesse uma máquina, limpava tudo de uma vez, assim melhorava o funcionamento (Igor dos Santos, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2017).

O trabalho coletivo no início do assentamento é mencionado como um tempo bom, que foi se acabando com o passar do tempo na comunidade, pois havia uma unidade muito grande entre os assentados na época da conquista da terra, no sentido de realizar as tarefas da roça através de grupos de pessoas que trocavam diárias de serviço ou trabalhavam juntas nos vários mutirões que eram então organizados. No entendimento de alguns dos entrevistados, essa

estratégia facilitava muito o trabalho no plantio e na colheita, como diz o jovem agricultor abaixo:

O serviço na roça é bom por uma parte e não bom por outra, porque antes assim, o povo da comunidade, eles contribuía, né, com arado de terras fazendo arrastões [mutirões], pra que nós pudéssemos tirar nossa colheita com mais facilidade. Agora mesmo, no lugar da nossa plantação não é um lugar muito conveniente, porque não tem estrada, não dá pra chegar até lá. Por isso que eu falo, é difícil, porque quando chega no tempo da colheita, temos que usar animal, até mesmo retirar nas costas, então porque, pra melhorar, se o pessoal da comunidade contribuísse, porque todo ano vem projeto, e esses projetos nunca chegaram até nós, e se caso um dia chegasse, melhorava mais, porque a roça é bom, mas ao mesmo tempo é difícil. Mas se isso acontecesse, terminava de melhorar (Wemerson Ferreira, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2017).

A falta de sensibilidade dos governantes para a problemática do campo se torna um fator agravante no que tange à vida dos camponeses. Muitos gostam de viver da terra, mas se sentem abandonados e esquecidos pela prefeitura e pelos governos estadual e federal, que entendem não apoiar o trabalho agrícola familiar dos produtores. Por essa razão, os camponeses levariam uma vida de muita penosidade e sofrimento nas propriedades rurais, trabalhando dobrado para conseguir o alimento de cada dia, como nos diz uma lavradora assentada:

O trabalho na roça é sofrido, mas é bom, é muito bom viver na roça, porque a gente não tem condição, a maioria das pessoas que mora na roça não tem condição suficiente pra ter uma vida melhor, mas eu mesmo não gosto de morar na cidade, mesmo porque toda vida morava na roça. Meus pais criou nós foi no campo e hoje eu não me vejo morando lá na cidade, eu gosto é da roça, e o meu marido hoje está aqui por causa de mim, que incentivo ele, porque eu não gosto de jeito nenhum de morar na cidade, mas a vida da roça é sofrida. Só quem tem coragem mesmo. Trabalha muito, não tem incentivo da prefeitura, das autoridades (Marli Gonçalves, agricultora assentada em Palmares II, entrevista concedida em 2017).

Observamos a partir das falas como os jovens destacam suas dificuldades quanto ao trabalho no meio rural, mostrando ser um trabalho penoso do ponto de vista do esforço físico, exercido cotidianamente enquanto ajudam seus pais. Dessa forma, há insatisfação com a forma de trabalho na roça, que não daria condições de permanecer na propriedade da família. Nesse sentido, dizem ainda que não recebem incentivos para permanecer no campo, sendo que os governantes nas diversas esferas não têm investido recursos na agricultura familiar.

Os jovens se sentem insatisfeitos por serem obrigados a exercer todas as funções da roça sem o auxílio de máquinas para tornar o trabalho mais leve e sem tanto esforço físico. Além

disso, mencionam constantemente o quanto são incentivados pelos pais a sair da terra em busca de outras formas de trabalho não agrícola, que não conseguem enxergar futuro para os filhos na zona rural.

Isso decorre do quanto tem se constituído uma visão negativa da vida no meio rural, colocado como lugar de atraso, um dos motivos pelos quais os jovens não têm conseguido enxergar futuro na vida camponesa, sem perspectivas futuras de permanecer trabalhando e estudando. Consequentemente, o trabalho rural tem sido inferiorizado em comparação com outras formas de trabalho urbano, da mesma forma que os agricultores adultos fazem constantemente menção às dificuldades enfrentadas no meio rural no que diz respeito à produção agrícola. Entretanto, a busca por independência financeira dos jovens converge para a busca por um futuro melhor para os filhos tão desejado pelos pais.

Nesse contexto, os jovens do assentamento Palmares II, cada vez mais atraídos por outras formas de trabalho, veem a mineração da empresa Vale e as atividades de suas terceirizadas no município de Parauapebas como uma oportunidade que os permite fugir desse trabalho, avaliado como pesado e desvalorizado, mesmo que tenham que se submeter a formas quase escravocratas de extração da mais-valia.

Vemos que a Escola Crescendo na Prática tem trabalhado intensamente questões voltadas para o campo com os alunos, abordando a plantação e colheita, o manejo da agricultura, assim como questões sobre o abastecimento alimentar local. Sempre a escola tem tentado envolver os estudantes na discussão desses temas referentes à produção, por meio de pesquisas nos lotes com os agricultores, de forma que está se conseguindo trazer os mesmos para o currículo escolar dentro da sala de aula, como surge na fala de um dos jovens.

Olha, por esse lado, a escola envolve muito, porque logo a nossa Escola Crescendo na Prática, ela é mais assim do trabalho do campo, ela passa muitos trabalhos referentes ao campo, à agricultura, sobre a terra, a gente estuda muito a terra, sobre o que necessita para ter uma boa plantação nas vicinais. E assim a escola atende a cada dia mais a riqueza na terra, estudar, vamos dizer assim, com planos pra no futuro trabalhar fora, mas nunca esquecer onde a gente foi criado, como a gente foi criado, dependendo do nosso próprio suor pra sobreviver, porque muitos aqui depende disso, porque não tem assim uma renda mensal, assim de outro lugar, vive mesmo é do que se planta na terra, tipo, como tira daqui e vende em Parauapebas, alimentos que se planta e colhe aqui (Igor dos Santos, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2017).

A influência dos professores nas decisões dos jovens no campo pode ser observada, embora não se saiba se esses educadores mais incentivam a permanência ou a saída, mas nota-

se uma preocupação por parte dos mesmos de que esses estudantes possam cursar uma faculdade. Entretanto, esse discurso dúbio é mais no sentido de conseguirem um bom emprego, o que conflita com as atividades voltadas à compreensão do trabalho rural e sobre a realidade em que vivem. O depoimento abaixo deixa isso claro.

Tem muitos professores que influencia a ficar na roça, os técnicos agrícolas também incentivam a ficar lá trabalhando com a terra. Por um lado, a escola influencia o jovem a permanecer na roça e por outro, incentiva a sair, pra que nós possa ter um futuro, porque eles quer ver a gente fazer uma faculdade, por isso que eles influencia a gente a sair (Genes de Andrade, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2017).

Os educadores insistem em que os alunos permaneçam estudando, o que é louvável. O problema reside na motivação, porque, em sala de aula, os professores chegam a dar até exemplos das pessoas que vivem da roça, dizendo que se trata de uma vida que não é fácil, que envolve trabalho pesado, o que contrasta com as atividades de pesquisa junto aos agricultores nos lotes. Esse tipo de discurso é aplicado na sala de aula inclusive para fazer os educandos se interessarem mais no processo de ensino e aprendizagem, como nos mostra a narrativa a seguir:

A escola fala assim, que quem mora na roça possa estudar se não quiser ficar a vida inteira na roça. Sei que tem uns que se interessam, outros que não, mas a maioria leva assim muito na brincadeira, que não quer nada com a vida. Aí eles aplicam isso porque a vida da roça não é fácil, a escola influencia os jovens a sair da roça, os professores dão exemplos de pessoas que vivem na roça, se a gente não quiser viver na roça porque a roça é bom também, mas também se a pessoa não quiser viver na roça, que possa estudar, se interessar mais nos estudos, pra ter um serviço, apesar de que tudo que tem na cidade sai da roça, mas que a pessoa possa estudar pra ter uma vida melhor (Cíntia do Carmo, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2017).

Se por um lado, a escola influencia jovens estudantes a deixar a vida no campo com seus pais e ir trabalhar em outras atividades fora da roça, por outro lado, contraditoriamente, também procura incentivar a permanência dos mesmos na terra, mostrando as vantagens da vida camponesa e afirmando que ela também proporciona possibilidades. O projeto de tirar o sustento do próprio lote com qualidade de vida, através do trabalho agrícola familiar é expresso por um dos estudantes da seguinte maneira:

A escola ajuda muito aqui pra gente saber a importância que tem uma terra. Antes do meio do ano, a gente fez um trabalho muito grande, um seminário que a gente fez, teve que fazer pesquisas nos lotes com os agricultores, fizemos diversas coisas. Só que assim, a maioria, a gente teve que ir pro

campo, pesquisar, conversar com os agricultores, e nessa pesquisa, o objetivo dela era incentivando os alunos a permanecerem, mostrando o que a roça tinha de bom, e como a gente como aluno, futuramente, podia estudar pra melhorar na comunidade. Tem alguns professores que incentivam a gente buscar melhorias, assim, sair da roça pra ir pra cidade, mas não pra ficar na cidade, permanecer na cidade, mas chegar lá, investir, assim como estou pensando, investir em suas terras pra depois quando você ver que a sua terra não está lhe dando alta sustância, pra pessoa poder trabalhar só daquela terra ali e sobreviver, e só sair assim pra melhorar a terra, pra terra poder dar fins lucrativos, e a pessoa auto sobreviver e voltar pra sua terra (Wilk Custódio, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2017).

O valor do estudo é sempre colocado em foco por agricultores que não tiveram a oportunidade de estudar enquanto jovens, pois consideram o saber escolar como algo superior que não conseguiram alcançar. Por essa razão, incentivam seus filhos a fazer cursos de capacitação profissional e cada vez mais se qualificar para o mercado de trabalho, porque acreditam, ou pelo menos afirmam, que as atividades desenvolvidas na roça não suprem todas as necessidades da família, como nos remete a agricultora nesse trecho de seu depoimento:

Acho que a escola influencia mais os jovens a sair do campo pra outras atividades. Hoje em dia, o que vale é o saber, então se o jovem estiver disponível a estudar, fazer cursos, é bom, porque ninguém sabe o dia de amanhã, porque negócio de roça não dá camisa pra homem não. A pessoa tendo um saber, e ele conseguir um trabalho bom, ganhar dinheiro e investir na roça do pai, comprar gado e fazer um futuro pra ele é bom, mas pra trabalhar na roça e tirar dela, é muito fraco, a renda é muito fraca (Felisberta Mariscal, agricultora assentada em Palmares II, entrevista concedida em 2017).

Essa fala acima remete ainda ao que estávamos argumentando anteriormente, sobre o incentivo a sair por parte da escola e por parte dos pais: há uma convergência de discursos.

A escola tem abordado os temas trabalho e juventude, realizado várias pesquisas no campo com os agricultores da comunidade, e incentivando os estudantes a refletir sobre as variadas formas da agricultura local, no tocante a plantações, à colheita, etc. Quando entrevistam os produtores rurais locais, professores e estudantes compreendem um pouco das dificuldades vivenciadas por eles na lida com a terra. Nas narrativas, tem-se observado a forma com que os educadores da escola tem tentando trazer as problemáticas do campo para a escola, mas os professores, assim como os pais desses jovens, na maioria das vezes, incentivam-nos no discurso a estudar para sair em busca de melhorias materiais, chegando mesmo a dizer para os mesmos estudarem “se quiserem ser alguém na vida”, como se o trabalho na roça, sofrido e pesado, não transformasse um trabalhador em alguém.

Parece haver, dessa forma, uma visão preconceituosa do trabalho agrícola, por mais que os educadores já tenham assumido que não há como educar sem tratar na escola sobre temas pertinentes à vivência cotidiana dos estudantes. A escola deve chegar aos lotes para empreender um esforço no sentido de refletir, sem juízo de valor, sobre as práticas dos agricultores, senão termina por apresentar o trabalho rural, desenvolvido pelos pais dos estudantes, como atrasado.

Em consequência, muitos jovens, embora gostem de morar no campo, querem estudar para sair dele, almejando outras posições consideradas de destaque na sociedade, como engenharia, advocacia, medicina e outras áreas profissionais. Agricultores chegam a dizer que, por causa das dificuldades enfrentadas no campo, a escola, na maioria das vezes, incentiva os estudantes moradores do campo a sair de seus locais. Entretanto, essa fala também é muito comum entre eles.

Acreditam que, fora da comunidade, os jovens terão rendas superiores à que têm atualmente morando com seus pais na terra ou poderão ter se seguirem no trabalho agrícola nos lotes. Entretanto, se os pais vêm perdendo a contribuição dos filhos na agricultura, no que tange ao trabalho braçal, podem ainda vir a fazer contribuições de outras ordens à economia doméstica, como as financeiras.

Em contrapartida, há pais que também incentivam seus filhos a estudar e se formar, não para sair da terra para atender o mercado de trabalho, mas para conseguir se aperfeiçoar teórica e metodologicamente no sentido de contribuir com o trabalho rural e, ainda, financeiramente, investindo no desenvolvimento da produção na propriedade, em uma estratégia que permitiria aos filhos conseguir sua própria terra futuramente, como menciona o jovem lavrador na narrativa abaixo:

Os meus pais incentivam a permanecer na roça, só que assim, eles quer que a gente estuda e faz faculdade, trabalhe fora pra ajudar eles também na roça, porque toda ajuda é bem-vinda financeiramente. Tem como investir, melhorar a criação, fazer melhorias na terra e, também, eu queria trabalhar pra mim conseguir comprar a minha própria terra, eu não quero sair dela pra ir pra cidade não (Wilk Custódio, estudante do 3º ano do ensino médio, entrevista concedida em 2017).

É notável nas narrativas dos jovens camponeses alguns dos seus objetivos futuros, observando nas falas que poucos entrevistados têm no estudo a perspectiva de permanecer na terra. Na maioria das narrativas se vê com veemência o desejo de saída, embora com diferentes interesses. A busca de outras oportunidades fora do campo não impede que os filhos

permaneçam ajudando os pais de outras formas, que não sejam exclusivamente no trabalho agrícola familiar.

Alguns pais até querem que os filhos permaneçam trabalhando na terra, porém avaliam que não têm condições de assegurar melhoria de vida para os mesmos, devido ao fato de a terra ser pequena.

Contrariamente, há também alguns pais que não influenciam seus filhos a sair do campo, pois acreditam que o campo é capaz de mantê-los e suprir todas as suas necessidades materiais, acreditando inclusive que os filhos podem casar e constituir suas próprias famílias sem haver necessidade de sair da terra em busca de outras fontes de renda, pois o trabalho agrícola familiar dá sim condições dignas para as pessoas que lidam com a terra permanecerem em suas localidades.

Muitos pais chegam até mesmo a dizer que o ensino oferecido pela escola tem que ser voltado para o trabalho agrícola, para que assim os jovens camponeses possam se desenvolver a cada dia dentro da propriedade, desenvolvendo novas técnicas de cultivo e inovando na produção de alimentos.

CAPÍTULO 3. BREVES REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM DAS TEMÁTICAS TRABALHO E JUVENTUDE NA ESCOLA CRESCENDO NA PRÁTICA

De que forma poderemos considerar o trabalho como um princípio educativo? Será mesmo um princípio? Ou o constituíram como princípio? Por que a educação tem que ser voltada para o trabalho? Como o trabalho desumanizador, que escraviza, que torna as pessoas como coisas ou objetos ao mesmo tempo é tornado base da formação dos indivíduos? É a partir dessas questões que reflete um educador da Escola Crescendo na Prática:

Trabalho é toda contribuição que faz a existência do homem, é o que dá a existência ao homem, é o trabalho, o que ele vive, o que ele produz. O que ele produz é trabalho, o estudo é trabalho, o lazer é trabalho, na concepção marxista, o trabalho é que dá existência ao homem. Eu acho que o trabalho é considerado como um princípio educativo, tem o trabalho pessoal, tem o trabalho que é leitura, o estudo, porque muita gente acha que estudar não é trabalho, que você ler um livro não é trabalho, você tem que ler, você tem que entender, e isso é um trabalho, escrever um livro é um trabalho. Honestamente, podemos focar em outros tipos de trabalho, o trabalho com adição de tarefas na escola, as limpezas nos espaços, a pintura da escola, a construção de uma horta, então são trabalhos braçais, mas também educativos, educativos porque formam, o sujeito aprende, nós estamos na horta mas também estamos estudando, porque o aluno vai aprender como é que é construída a horta, com que objetivo é feita a horta, porque você vai trabalhar com alimentos orgânicos, o que que é o veneno, mostrando que o veneno é contra a vida, isso também é trabalho. Eu acho que esse trabalho também dignifica o homem, ensina o homem muita coisa (Messias Marques, diretor da EEEMCP, entrevista concedida em 2016).

Com relação à questão sobre o trabalho como um princípio fundante da educação é que Frigotto e Ciavatta (2012) descrevem da seguinte forma: princípios são leis ou fundamentos gerais de uma determinada racionalidade, princípios dos quais derivam regras ou questões mais específicas. No caso do trabalho como um princípio educativo, trata-se de compreender a importância fundamental do trabalho como princípio fundante na constituição do gênero humano. Neste tocante, esses autores iniciam sua reflexão da seguinte maneira:

A compreensão do sentido dado ao trabalho como princípio educativo dentro da visão da formação humana integral de Marx e outros pensadores é fundamental para os movimentos sociais do campo e da cidade e para todos aqueles que lutam pela superação da exploração humana (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 748).

Nessa perspectiva, os autores fazem uma crítica ao sistema capitalista que organiza a sociedade atual, baseados em pensadores que discutiram a questão, como Marx, que revelou

como o capitalismo se estrutura. Além disso, os autores fazem menção à questão do estudar para atender ao mercado de trabalho, que tem sido a base da educação proposta nas escolas nos dias atuais, pois os estudantes, desde as séries iniciais na escola, já são incentivados a se formar para competir no mercado e a vender sua força de trabalho.

O trabalho como princípio educativo ganha nas escolas a feição de princípio pedagógico, que se realiza em uma dupla direção. Sob as necessidades do capital de formação de mão de obra para as empresas, o trabalho educa para a disciplina, para a adaptação às suas formas de exploração ou, simplesmente, para o adestramento nas funções úteis à produção (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 750).

Entretanto, é questionável tomar como referencial para a educação, na sociedade capitalista, o mercado de trabalho, porque o capital produz e se reproduz pelo acúmulo da apropriação da força de trabalho humano que o patrão, detentor dos meios de produção, impõe ao empregado, ou seja, a remuneração recebida por este último não contempla o tempo de trabalho excedente ao valor contratado, que é a mais-valia apropriada pelo capital (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012). Desta forma, as relações de trabalho estabelecidas no capitalismo são opressoras e o papel da escola é assegurar aos estudantes um espaço em que possam refletir sobre as mesmas de forma crítica.

Nesse sentido, vale lembrar Paulo Freire (1987), quando questiona:

quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 1987, p. 31).

Freire (1987) nos fala de uma educação libertadora que permita que as pessoas se conheçam como sujeitos e possam refletir sobre o mundo para transformá-lo. Dessa forma, é papel da escola questionar o trabalho alienado.

Evidencia-se então a necessidade de pensarmos uma nova concepção de currículo dentro das escolas do campo, voltado para a realidade vivenciada pelos estudantes, em que o trabalho não alienado, seu ou dos seus pais, é elemento central em suas vidas. Infelizmente, o currículo desenvolvido na Escola Crescendo na Prática, no assentamento Palmares II, ainda é, em boa medida, pautado em uma concepção urbanocêntrica de sociedade, justo aquela em que o trabalho é alienado. Desta forma, é necessário o rompimento com o método de ensino bancário

denunciado por Freire (1987), ou seja, aquele em que o professor é considerado o detentor do conhecimento e o aluno, aquele que não tem conhecimento próprio, aprendendo somente o que o educador tem para oferecer. Entretanto, parece haver uma busca, em termos de projetos, por outros caminhos. Sobre essas questões, reflete um educador da escola, em posição de gestor, no sentido de se pensar uma outra base curricular para a escola.

Então não vamos dizer que tem um modelo pronto, ele está em construção, tem pessoas que conseguem, tem pessoas que não conseguem avançar, mas a escola ideal eu creio é a que tem capacidade de relacionar esse trabalho concreto com o estudo e com a vida. A nossa proposta curricular que usamos é a da rede estadual que é fechada ainda, então não tivemos ainda o tempo, e nem o espaço, para inserir um currículo próprio, então nós temos um currículo da rede estadual, o que nós fazemos são debates e debater a história do Movimento Sem Terra, os princípios do movimento que precisam serem colocados dentro dessa grade que ainda está fechada. Hoje nós não temos uma grade própria, mas é o tempo todo fazendo debates políticos, então uma escola altamente formal não faria isso, debater questões políticas na escola, da democracia, então isso tudo nos ajuda, a irmos construindo o nosso próprio projeto político pedagógico (Messias Marques, diretor da EEEMCP entrevista concedida em 2016).

Freire chama a atenção que existe uma relação na sociedade entre opressores e oprimidos, os oprimidos sendo aqueles desconsiderados na sociedade pelo processo de alienação que foi se consolidando historicamente, os opressores sendo aqueles que conseguiram expropriar outros dentro desse processo e transmitir o acúmulo dessa expropriação de geração a geração (FREIRE, 1987). Frigotto e Ciavatta (2012), por sua vez, evidenciam a falta de respeito aos trabalhadores, historicamente explorados e ainda o são na sociedade atual. Trata-se de uma escravidão disfarçada de trabalho digno, enquanto extrai mais-valia dos trabalhadores, na qual o indivíduo trabalha um tempo excessivo de serviço e recebe um salário aquém do tempo que trabalhou.

Há dessa maneira uma manipulação sobre esses trabalhadores assalariados, que se dá de diversas formas: pela educação, pela política, pelos meios de comunicação, pela classe dominante que tem o poder nas mãos e o mantém disseminando suas ideologias, pois reconhecem que se o povo tiver conhecimento, não será dominado facilmente. Se a sociedade começar a analisar o cenário que está posto e conhecer seus direitos, irá lutar por eles, e isso se torna uma afronta ameaçadora ao modelo implantado pelo grande capital. Nesse sentido, destaca o diretor da Escola Crescendo na Prática:

Eu acho que a educação tem vários papéis, o principal é formar, formar intelectualmente o sujeito, do ponto de vista acadêmico, do ler e escrever, mas não só isso. Ele tem que extrapolar o ler e o escrever, o aluno tem que ler e interagir com o mundo, compreender a realidade, e que não seja só aquele sujeito moldado, mas que contribua certamente de alguma forma. Mas não é formar qualquer sujeito, um sujeito que possa ler o que está sendo colocado, ler não somente o que está explícito, mas também o que está implícito, ler o que está por trás daquilo lá, aprender a questionar, ler ideologicamente o mundo, não assistir o jornal da Globo e pensar que tudo aquilo é verdade, aprender a questionar as verdades. E o que nós vemos na maioria das escolas é os sujeitos estudando somente para passar no vestibular, saber ler e a escrever bem, e não uma pessoa capaz de ler o mundo, e tudo isso nós estamos vivendo hoje, uma crise ideológica, uma crise de conhecer mesmo a realidade, e os sujeitos querem ver somente o que está posto, e não ver o que está por trás daquilo que está sendo colocado. Eu acho que o papel da escola é formar pra além do acadêmico (Messias Marques, diretor da EEEMCP, entrevista concedida em 2016).

Assim, observamos que a educação tem sido permeada por diferentes concepções, então o saber se torna também um campo de disputas e o professor tem o papel de instigar os estudantes a pensarem e refletirem sobre o mundo em sua totalidade. Nessa perspectiva, se deve considerar o conhecimento empírico que o aluno traz consigo, no caso da Escola Crescendo na Prática, em boa medida, um conhecimento trazido do lote, do trabalho junto aos pais. Desta forma, deve haver uma relação de respeito entre os saberes, pois assim, o educador desperta nos alunos o desejo de ir em busca de outros conhecimentos que ainda não dominam.

O professor deve planejar as suas aulas, organizar os conteúdos a serem trabalhados, utilizar de métodos atrativos aos estudantes e envolvê-los na dinâmica do trabalho escolar. As idas a campo, as visitas aos lotes e as pesquisas aí realizadas são importantes porque juntam esse objetivo com aquele de respeitar conhecimentos outros, trazidos de fora da escola. Os métodos que o educador utiliza são fundamentais sabendo que a aprendizagem do aluno depende basicamente deles, se os métodos que o educador usa forem bons, haverá uma aprendizagem satisfatória por parte dos estudantes e não só isso, terá também uma interação entre professor e aluno ou aluno e professor numa dinâmica de valorização da cultura e do saber do outro, que inclui ainda outros educadores desses alunos, os seus pais.

O educador nesse sentido não é o detentor do conhecimento nem aquele que dá tudo pronto para o aluno, mas sim o instiga a pensar, problematizar os conteúdos que estão propostos, questionar, colocar dúvidas e incertezas, dessa maneira os discentes tendem a uma compreensão do contexto em que estão vivendo, pois a aprendizagem se constrói respectivamente na ação em conjunto e no trabalho a partir dos conceitos unificadores, não só para o ensino de ciências, mas no que tange a todas as disciplinas de forma geral.

Freire (1987) faz uma crítica ao modelo de educação que está posto na sociedade, modelo que denomina educação bancária quando critica métodos usados pelos educadores que desconsideram os saberes dos educandos. O educador nesse modelo se torna detentor do conhecimento, acreditando ser o dono da “verdade”, enquanto os educandos não sabem de nada e precisam aprender aquilo que ensinam sem questionar nada do que está sendo colocado. Ao criticar ainda uma educação que desconsidera a cultura e a identidade dos alunos, Freire quer chamar a atenção para uma educação diferenciada, que não seja simplesmente aplicar conteúdos aos alunos, afirmando que o saber não é uma doação, e sim algo que vai se construindo com o passar do tempo.

O sistema burguês antidemocrático e antissocial se constitui sobre a exploração do trabalho, do que decorrem desigualdades sociais, individualismo, disputa pelo poder e alienação dos sujeitos. Entretanto, pesquisadores e educadores da área do trabalho tiveram que enfrentar uma questão fundamental: se o trabalho pode ser alienante e embrutecedor, como pode ser um princípio educativo, humanizador, voltado à formação humana (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012)? Se o trabalho tem se constituído como um princípio educativo na perspectiva da formação escolar como um todo, há de se questionar como as concepções de trabalho na sociedade vem influenciando os jovens no sentido do estudar em sala de aula, assim como o papel da educação compreendido por cada um desses estudantes, mostrando que o papel da educação como um todo, em tese seria formar os sujeitos do ponto de vista acadêmico, do ler e escrever, mas não só no que tange a isso, e sim no sentido desses estudantes serem capazes de interagir com o mundo, sujeitos que possam ler e compreender a realidade colocada à sua frente.

Trata-se de uma educação capaz de influenciar os estudantes a questionar as pretensas “verdades” que lhes são apresentadas e serem capazes de construir uma visão crítica da sociedade, uma educação que não seja pautada somente pela aprovação no vestibular, mas uma educação que possa ir para além da sala de aula. É necessário romper com o modelo de educação tecnicista e todas as formas de exploração humana que têm se constituído historicamente, criticando a concepção de que o trabalho dignifica o homem, porque a forma de trabalho que escraviza, aliena os indivíduos e os torna como objetos e mercadorias é incapaz de dar dignidade aos mesmos.

Em uma concepção dialética, por ser a forma mediante a qual, em qualquer tempo histórico, se define o modo humano de existir, criando e recriando o ser humano, mesmo nas formas mais brutais da escravidão, o trabalho humano não é pura negatividade. Mesmo o escravo, ainda que não reconhecido como tal e tomado como um animal, como um meio de produção, é um ser humano

que não se reduz a objeto e cria realidade humana. Não fosse assim, teria sido impossível superar as relações escravocratas e feudais, e o capitalismo seria eterno (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 748-749).

Essa concepção se contrapõe àquela capitalista burguesa e desumanizante que faz da miséria do outro uma forma de obter lucros para persistir naquilo que se convencionou como desenvolvimento, expulsando pessoas dos seus territórios, degradando a natureza, impondo a homogeneização da cultura a povos tradicionais, desconsiderando seus saberes e suas identidades, desvalorizando esses sujeitos e os submetendo às mais baixas condições de vida e de trabalho.

Quanto a esse trabalho degradante que ainda permanece na sociedade contemporânea e refletindo também sobre como os sujeitos se submetem à exploração sem perceber o quanto são explorados e usados para atender aos interesses do grande capital, nos remetemos a Engels (2004), para quem o trabalho é condição básica e fundamental de toda vida humana, e em tal grau, que até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. Engels acreditava que o homem se construiu a partir do trabalho e que o trabalho é a base de toda a vida do ser humano.

Com certeza, o trabalho é a base da vida das famílias dos jovens do assentamento Palmares II, um trabalho não alienado porque sobre controle dessas mesmas famílias. Na educação recebida pelos pais, a busca por um trabalho, seja permanecendo junto à família no lote ou fora dele, será um elemento central. Os filhos serão educados para trabalhar para se sustentar, não importa se reproduzindo a trajetória sofrida dos pais ou se buscando condições de vida vistas como melhores, a partir do estudo. Entretanto, aparentemente, os jovens se sentem cada vez mais atraídos a prestar atividades fora da agricultura familiar, tendo em vista acreditarem que o trabalho assalariado em outras atividades fora do âmbito rural pode fazer com que cheguem a alcançar uma vida melhor a partir do abandono do trabalho rural com seus pais no campo, por entenderem que o campo não oferece as condições de vida que almejam, tanto profissionalmente, como materialmente. Neste sentido, em Palmares II, cercada pelas atividades de mineração, a empresa Vale e suas terceirizadas surgem como uma oportunidade de viabilizar essa outra forma de inserção no mundo do trabalho, que será justamente aquele alienado que mencionamos anteriormente.

Acreditando que o trabalho no campo com seus pais não se torna mais vantajoso, os jovens desejam deixar a atividade na roça para ir em busca de outras atividades de cunho assalariado, que dão status financeiro na comunidade em que vivem. E, claro, também permitem alcançar, de certa maneira, a sua independência financeira, obtendo dessa forma sua própria

renda, não dependendo de seus pais financeiramente, objetivo almejado inclusive por seus pais e que faz parte do projeto da família como um todo.

Alguns jovens se sentem inclusive pressionados a procurar outras atividades fora da agricultura familiar, porque a compreensão cada vez mais comum é que a atividade no meio rural não dá tanto retorno financeiro quando comparada com outras atividades de cunho assalariado. Por essas razões, os jovens que conseguem, se dedicam a trabalhar fichados em outras atividades dentro da cidade de Parauapebas, em troca de um salário de mês em mês. Dessa forma, em meio a esse recrutamento dos jovens para outras atividades, a agricultura familiar no Assentamento Palmares II vem perdendo muito no que tange aos pais estarem cada vez mais ficando sem a contribuição do trabalho dos filhos na produção agrícola local, aquela mesma visitada pela escola nas atividades de pesquisa.

Freire (1987) afirma que os alunos não são jarros a serem cheios do que o professor ensina, sabendo que o estudante não aprende sozinho, mas na relação com os outros, na interação uns com os outros, no contexto social em que estão inseridos. Freire ainda menciona uma educação dialógica, educação que considera o diálogo como algo fundamental entre professor e aluno, acreditando que a partir desse diálogo também se constrói a aprendizagem e afirmando que a educação tem um poder de transformação e libertação no que tange à formação de sujeitos críticos participativos que possam intervir na sociedade de forma geral.

O problema é que, embora tente se dialogar com esse conhecimento prévio dos alunos, temos que nos questionar se as metodologias estão permitindo que eles entendam quem são e quem podem vir a ser plenamente, independentemente das escolhas que façam. Permanecer na roça não precisa ser ruim, assim como alguém pode optar por trabalhar assalariado em uma empresa, desde que entenda todas as relações envolvidas. Outra questão é que a educação pode não permitir que se faça essa última escolha, porque o jovem não preencherá os requisitos exigidos pelo mercado de trabalho. Uma professora de ciências da natureza inclusive questiona a capacidade da escola de fazer isso.

Acredito eu que o objetivo da formação escolar seja pra formar um cidadão pensante nas variadas formas, até onde eu vejo, a escola não pressiona os alunos a atenderem o mercado de trabalho, sempre tenta amenizar as situações em muitos aspectos, acredito eu que a escola não pressiona os alunos, fica uma coisa meio que vaga e solta. Já trabalhei em outros lugares tipo escola particular, a rede particular pressiona bastante os estudantes até porque quem investe quer ter um certo retorno, mas na escola pública isso nem sempre acontece. Primeiramente, a questão dos pais, os pais meio que são ausentes na escola, poucos acompanham o processo aluno e escola, educação e nota, ninguém questiona, ninguém quer saber, então fica uma coisa muito vaga.

Acredito eu que aqui, a escola Crescendo na Prática não tem dado conta nem mesmo de formar os alunos para o mercado de trabalho, seria uma coisa de formar eles pra ficar aleatório na comunidade, não pra atuar em mercado de trabalho, ainda não vi isso aqui, agora com essa nova proposta no ensino médio que está sendo criada quem sabe muda, mas até então não vejo isso aqui (Lindiner Raphaelly Silva Marcelo, professora de ciências da EEEMCP, entrevista concedida em 2016).

De alguma forma concordando com a professora, diz um agricultor pai de aluno:

Eu acho sim que o trabalho fichado na Vale hoje influencia os jovens a sair da roça pra trabalhar na empresa, **só que nem todos conseguem trabalho nessas empresas**, se nós tivesse um renda boa aqui, os meus filhos não estava com essa intenção de sair daqui, mas no momento eles pensam sim de sair daqui do trabalho da roça pra trabalhar nessas firmas, porque eles vê os outros jovens trabalhando, ganhando um salário bom, aí isso atrai eles (Wilton Lopes, agricultor assentado em Palmares II, entrevista concedida em 2017, grifo nosso).

Além disso, o agricultor chama a atenção para o fato de que, se não fosse a questão econômica, os filhos talvez não precisassem sair. Há de se notar que a ciência, historicamente, vem tentando compreender os fenômenos naturais ou sociais através de muitos estudos sistematizados sobre como o universo está organizado, e também têm sido realizadas várias pesquisas na linha de se obter uma melhor compreensão no que tange ao comportamento social dos indivíduos em seus locais de vida. Talvez as pesquisas realizadas a partir da escola estejam conseguindo trazer à compreensão dos estudantes esses sujeitos enquanto detentores de conhecimentos que devem ser respeitados, mas que não necessariamente são levados em conta nas projeções feitas para a vida, como um repertório que permitirá novos desenvolvimentos na comunidade e a melhoria das condições do trabalho agrícola e da renda. Ressalte-se que esses sujeitos são os pais e mães desses estudantes.

Entretanto, o conhecimento científico vem passando por várias transformações, tendo em vista que esse conhecimento não está pronto e acabado, estando sujeito a mudanças com o passar do tempo. Trazer a realidade dos estudantes e de suas famílias para a escola é um grande desafio para o ensino de ciências da natureza, da maneira como está pensada a perspectiva do currículo para as escolas e principalmente as do campo.

O ensino de ciências nas escolas é sobretudo de fundamental importância para os estudantes, pois atua diretamente na transformação dos sujeitos no sentido amplo da vida de cada indivíduo, ressaltando que o mesmo reflete na cultura dos seres humanos e se alimenta dela, mas isso só se torna possível através do rompimento com a ideia do conhecimento

fragmentado nas escolas. Nessa perspectiva, demanda-se então a construção da interdisciplinaridade, sabendo que os conteúdos de diversas áreas do conhecimento devem ser trabalhados em conjunto.

Entretanto, há um campo de disputas epistemológicas que têm sido travadas no que se refere a essa problemática, analisando que não é uma tarefa fácil trabalhar a proposta da educação do campo no contexto em que estão organizados os conteúdos, que já estão dados de forma impositiva para serem trabalhados em sala de aula. Sabendo que a educação tem um poder transformador não só no que tange ao ensino de ciências da natureza, mas como um todo e acima de tudo porque torna os sujeitos críticos e capazes de dialogar com sua própria realidade.

Há muito se tem criticado a ideologia cristã sobre a questão do trabalho como dignificação do homem, tendo em vista que ao longo da história tem se construído um processo de exploração dos sujeitos a partir do trabalho, exploração essa que constituiu um longo período de escravidão em nosso país. Daí então, alguns teóricos vêm questionando a concepção de trabalho que tem se disseminado pela sociedade: como o trabalho pode dar dignidade ao homem nesse sentido, notando que o homem se torna escravo do próprio trabalho, o trabalho que “dignifica”, ao mesmo tempo torna o indivíduo como coisa ou objeto?

Frigotto e Ciavatta (2012), tomando como referência as concepções de Marx, afirmam que há um processo de alienação dos sujeitos na sociedade que se dá por meio da exploração pelo trabalho. Concomitantemente, o sentido de trabalho proposto pela escola, na maioria das vezes, segue esse mesmo modelo de alienação incapaz de transformar o homem. Em contrapartida, teóricos críticos a esse modelo de educação propõem práticas diferentes, que possibilitem aos sujeitos refletir sobre si na relação com o mundo, no contexto social em que estão inseridos, tornando-os sujeitos críticos das variadas possibilidades de vida.

Poderíamos falar também que ao longo dos anos, os jovens vêm migrando para as cidades não somente em busca de empregos, mas também e talvez principalmente, almejando seguir com os estudos, pelo fato de que um dos fatores agravantes da migração é a falta de escolas na zona rural. Quando essas existem, não se encontram nas melhores condições operacionais, no que tange ao quadro de funcionários, à infraestrutura e aos recursos didáticos-pedagógicos disponíveis.

Com a saída da população jovem do campo para a cidade, temos resultados nem sempre positivos, tendo em vista que a partir dessa migração contínua, há como consequência um aumento excessivo na população dos centros urbanos, provocando desse modo o inchaço das

idades. Acaba havendo assim também uma concentração de vários problemas sociais e ambientais nas cidades, pois muitos desses migrantes vivem em condições inadequadas quanto ao saneamento básico, infraestrutura, deslocamento e, contraditoriamente, sem acesso à educação ou ao trabalho que foram buscar.

Há grande probabilidade de que se concentrem em favelas, vítimas do crime, ou vulneráveis ao recrutamento pelo mesmo, próximos à oferta fácil de drogas. Em boa parte das vezes, jovens que saíram do campo em busca de melhorias de vida, escolarização e emprego, terminam mal sucedidos em seus projetos e seguem vivendo nas periferias das cidades, também, ou às vezes muito mais, às margens das políticas públicas para a juventude e sem acesso nenhum àquelas voltadas à população rural. Podem ainda retornar ao espaço rural, agora sem ou com fraco domínio técnico da agricultura. Como poderá contribuir para que ela se desenvolva na comunidade?

Como contraponto, está alicerçada a educação do campo, que afirma o espaço rural também como um lugar de oportunidades, onde os sujeitos podem se construir enquanto tal em suas comunidades, não tendo necessidade de sair de seus locais para estudar ou trabalhar em outras localidades distantes da sua realidade. O lugar onde estão inseridos também pode oferecer-lhes condições dignas e as oportunidades de que precisam para poder realizar seus sonhos, tanto profissionais, como materiais, onde podem adquirir uma formação de qualidade que lhes permita se sustentar a partir das bases que construíram em suas localidades.

A educação do campo afirma o campo como um espaço de possibilidade, reprodução social e sustentabilidade, com foco na compreensão dos processos culturais, nas relações de trabalho vivenciado na prática cotidiana e na manutenção da identidade como elemento essencial do processo formativo, em contraposição, as concepções que historicamente condicionaram o campo dos camponeses como lugar do atraso (MARINHO, 2016, p. 93-94).

Os povos do campo produzem e se reproduzem em seus espaços e podem se reinventar, criando suas próprias tecnologias e meios para trabalhar sem deixar de lado suas crenças, seus valores e acima de tudo sua identidade camponesa, que deveria ser a base para a formação da juventude do meio rural, se opondo à ideologia que foi sendo historicamente construída, que colocou o campo como um lugar sem perspectivas de vida e como um lugar de atraso em comparação aos centros urbanos.

Quando talvez as políticas públicas voltadas às camadas populares, mesmo que de forma modesta, são implementadas com mais eficácia no meio rural, porque mesmo que há muito tempo direitos venham sendo negados aos povos camponeses, esses não aceitam estar excluídos

dos benefícios e permanecer largados às margens da sociedade, esquecidos pelos governantes do país, razão pela qual muitas lutas vêm sendo travadas pelos movimentos sociais do campo para que essa realidade venha a ser mudada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos motivos que aparece mais fortemente em meio à juventude rural, que vem incentivando os jovens a deixar de viver no campo com seus pais, acredito ser a educação formal, tendo em vista que na maioria das vezes, não há instituições no campo que oferecem cursos de graduação. Como muitos desses jovens almejam uma formação superior para seu futuro, por essa razão, saem para as cidades, constituindo assim um desequilíbrio na unidade familiar, no que tange à disponibilidade de força de trabalho: os pais perdem a ajuda dos filhos na agricultura, o que implica na queda da produção de alimentos.

Outro ponto que podemos refletir quando estamos falando em juventude rural, é que se observa também uma grande tendência de inferiorização dos sujeitos que moram no campo, quando comparados aos sujeitos moradores da zona urbana, pois tem se constituído historicamente uma negação de direitos aos povos camponeses, impossibilitando-os de usufruir de alguns benefícios dos quais as pessoas que moram nas cidades usufruem.

Talvez essa realidade possa ser mudada a partir de algumas políticas públicas de incentivo à permanência dos jovens no campo, que foram criadas pelo governo federal nos últimos anos, porém, a maior parte da juventude rural não consegue ter acesso a esses benefícios, ou seja a essas políticas. Então dizemos que se os jovens tivessem acesso massivo a essas políticas, os resultados seriam muito positivos no desenvolvimento rural local e regional. Sobre o que estamos falando, nos remete Stropasolas (2006), quando argumenta que:

Embora a dimensão econômica seja um fator decisivo no processo de reprodução social da agricultura familiar, implicando em sua consideração nas investigações relativas ao meio rural, verifica-se que o acesso à renda e à remuneração “adequada” do trabalho agrícola familiar se restringe a uma pequena parcela das famílias de agricultores. Ou seja, ainda existe um enorme contingente da agricultura familiar que permanece à margem das políticas e projetos vigentes, seja porque não se enquadra nos padrões dominantes, seja porque se depara com enormes dificuldades para acessar os recursos disponibilizados pelas instituições (STROPASOLAS, 2006, p. 19).

No período recente, muitas políticas sociais foram criadas para incentivar a permanência dos jovens no campo, incluindo aquelas voltadas ao acesso à terra. No sentido da produção, puderam ter acesso a crédito junto a bancos por meio de projetos desenvolvidos na propriedade agrícola financiados pelo PRONAF. Havia ainda uma política de habitação, com linha específica para jovens, o Minha Casa Minha Vida Rural. Entretanto, muitos jovens não chegam

nem mesmo a conhecer essas políticas públicas, pensadas para eles, e muito menos ter acesso às mesmas.

Se todas as políticas públicas pensadas para a juventude nos últimos anos tivessem sido universalizadas, teria sido possível trazer mais qualidade de vida para as populações do campo, a partir de ações nas áreas de saúde, educação, esporte e lazer. Dessa maneira, os jovens teriam acesso a processos formativos mais plenos que lhes permitiriam alcançar melhores condições de trabalho e materiais, sem que houvesse necessidade de migração para outras localidades. A possibilidade de trabalho e estudo na própria comunidade permitiria aos jovens constituir família, se assim o que quisessem, sem precisar sair do campo para a cidade.

A saída da juventude do campo, em busca de uma vida melhor na cidade, contribui para a explosão demográfica verificada nas cidades e pode acarretar em uma queda considerável na produção de alimentos. Tendo em vista que a minoria da população reside nas áreas rurais, produzindo alimentos para uma grande maioria que vive nas grandes cidades, a tendência é a escassez na oferta de alimentos, com aumentos excessivos no preço desses produtos no mercado. Considerando que a produção de alimentos demandada pela cidade é enorme, percebemos que as cidades dependem da agricultura familiar para subsistir. Assim, vemos que o campo inferiorizado e colocado como um lugar de atraso nas narrativas urbanocêntricas é a base para sustentação da vida urbana, pois sem os agricultores, seria impossível se manter de pé nas cidades.

Não podemos negar a importância da juventude no espaço rural sabendo que a força de trabalho é um fator primordial na agricultura familiar, pois como diz um ditado popular, a união é quem faz a força. Nessa perspectiva, compreendemos que não seria bom para a agricultura camponesa se a maioria dos jovens saíssem para os espaços urbanos. Os jovens são importantes para a continuidade da agricultura, considerando que quando os pais não conseguem mais trabalhar no roçado por algum motivo de saúde ou até mesmo morte, os filhos é que permanecem na terra perpetuando e transformando as mesmas práticas ensinadas pelos pais e as transmitindo às gerações seguintes.

Sabemos, portanto, que as necessidades e anseios dos jovens no espaço rural não são poucas. Esses sujeitos necessitam não apenas de uma qualidade de vida melhor, mas também necessitam ser enxergados, ouvidos, ter acesso a uma boa educação, esporte, lazer, autonomia financeira e dignidade, que os permitam serem construtores do seu próprio futuro, dialogando com as dificuldades enfrentadas nas localidades em que vivem, para superá-las, sem motivos

de migração para a cidade. Os jovens precisam também participar das tomadas de decisões em suas localidades, emancipando-se.

Com desenvolvimento no campo, a juventude poderá optar por permanecer no meio rural, sabendo que através do trabalho na terra também se pode alcançar a almejada independência financeira. Através da produção familiar nos lotes e da renda adquirida com o trabalho agrícola, poderão conseguir alcançar seus objetivos, constituindo família, se assim o quiserem, e permanecendo na terra.

Ainda há um entendimento nas comunidades que só a renda da terra, às vezes, não é suficiente, principalmente quando a família é muito grande. Nesses casos, alguns pais chegam a falar para os filhos procurarem melhorias fora da comunidade, acreditando que o trabalho na cidade seria melhor, o que nem sempre acontece. Assim, podemos tomar como base a fala de um autor consultado: o retorno financeiro é uma das grandes expectativas e justificativas para a permanência ou a saída dos filhos e filhas de agricultores familiares da propriedade de seus pais (STROPASOLAS, 2006).

Outra questão importante é a educação que é ofertada para os filhos de camponeses nas escolas rurais. Nessas localidades, o ensino tem sido organizado a partir de um currículo que muitas vezes não contempla a realidade e nem se enquadra no campo em sua totalidade. Dessa forma, os estudantes estão se emancipando do ponto de vista crítico e ideológico ou estão se tornando massas de manobra com base em uma pedagogia da opressão? Como menciona Freire (1987), os oprimidos só poderão se libertar da opressão quando se conscientizarem de que são oprimidos e lutarem por sua libertação, libertação essa que o autor considera como um parto doloroso, embora afirme que quem conseguir passar por esse parto será capaz de superar essa condição.

A escola não deve ser somente formadora de mão de obra, mas um lugar em que os estudantes podem compreender e ter uma visão abrangente do contexto social em que vivem, podendo assim, alterá-lo, se esse for o caminho escolhido. Nessa perspectiva, podemos dizer que a escola é um campo de relações sociais, onde os indivíduos interagem entre si numa dinâmica de vivências diversas: a escola é sobretudo um espaço cultural ou assim deve ser compreendida.

REFERÊNCIAS

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 200 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 253 p.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 748-755.

MARINHO, D. L. **Rompendo as cercas e construindo saberes**: a juventude na construção da educação profissional do campo no Sudeste do Pará. Marabá: Imprima, 2016. 317 p.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 346 p.